

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

HENRIQUE OURO WEBER

A expressividade do microcrédito atual em Santa Catarina com base nas ações
governamentais

Florianópolis, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2011.1**

A expressividade do microcrédito atual em Santa Catarina com base nas ações governamentais

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à disciplina – CNM 5420, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Eva da Silva Catela

Florianópolis, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **7,0** ao aluno HENRIQUE OURO WEBER, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Eva da Silva Catela.
Departamento de Ciências Econômicas
Presidente

Prof. Carmen Rosário Ortiz Gelinski
Departamento de Ciências Econômicas
Membro

Prof. Arlei Luiz Fachinello
Departamento de Ciências Econômicas
Membro

Dedico esse trabalho especialmente para minha mãe Inácia Silveira, pelas rezas incansáveis, pela dedicação constante e por acreditar que eu era capaz dessa realização.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai para Maria Lúcia Gobbi pela inspiração que teve sobre esse tema de defesa.

À minha irmã Renata que sempre esteve ao meu lado em todas as minhas fases e as suportou como uma fiel guerreira. À minha prima Cristine Leal que com seu sorriso e apoio, tornou tudo mais humano.

Ao meu pai Enéias e a minha mãe Inácia, meus sinceros agradecimentos pelas infinitas jornadas de trabalho, que foram o sustento do meu lar; e pelo amor dedicado a mim e a Renata, mesmo de longe.

Obrigado ao Leandro Pacheco, por permitir se tornar um companheiro de aventuras incríveis.

A psicóloga Patrícia Weber, por ter a paciência chinesa em todos os encontros que tivemos.

A todos os meus amigos, sejam novos ou antigos, e até mesmo os sem contato obrigado pela minha formação de personalidade.

Obrigado à minha orientadora Eva, por escutar as minhas angústias e também por dissipá-las.

Especialmente obrigado para aquele que me ensinou que o conhecimento é a nossa maior arma diante do mundo, meu avô falecido Loutarino e para a minha avó Maria Helena por me amar.

Finalmente, obrigado a Deus, essa força impulsora incrível, por me proporcionar essa experiência incrível, que é a vida.

“Insanity: doing the same thing over and over again and expecting different results.” **Albert Einstein.**

RESUMO

WEBER, Henrique Ouro. **A expressividade do microcrédito atual em Santa Catarina com base nas ações governamentais**. 2011, 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente trabalho tem por objetivo a compreensão de como o governo brasileiro auxilia o microcrédito nacional, como forma de inclusão financeira e também de desenvolvimento social. Já que as estimativas são de que boa parte da população brasileira ainda tem dificuldade em encontrar crédito nos bancos tradicionais, tornando a população de baixa renda mais excluída socialmente. A participação do BNDES para o desenvolvimento das instituições microfinanceiras tem sido feita através do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que além de fornecer empréstimos para as instituições, dá suporte operacional. O exemplo de microcrédito fica como base o desenvolvido na década de 1970 em Bangladesh, que se expandiu pelo mundo pela sua representatividade dos resultados obtidos com um projeto em um país paupérrimo. Para a análise da eficiência dos esforços governamentais no desenvolvimento das microfinanças se dá a análise regional pelo estado de Santa Catarina, informando o índice de inadimplência até o nível de empregos gerados, porém trabalhando com a limitação da disponibilidade de dados, já que os mesmos são muito recentes.

Palavras-Chave: Microcrédito. Sistema Financeiro. Governo. Santa Catarina.

ABSTRACT

This paper aims at understanding how the government assists the national Brazilian microcredit as a means of inclusion financial and also social development. Since the estimates are that much of the population still has difficulty find credit at traditional banks, making the low- income more socially excluded. The BNDES participation to development of microfinance institutions has been done by National Program of Oriented Productive Microcredit (PNMPO) that besides providing loans for the institutions provides operational support. The example of microcredit is based on the developed in the 1970s in Bangladesh, which has expanded trough the world because of the expansive results from a project in an extremely poor country. For the analysis efficiency of government efforts in the development of microfinance gives regional analysis by the state of Santa Catarina, reporting the delinquency rate to the level of jobs created, but working with the limitation of data availability, since they are very recent.

Keywords: Microcredit. Financial System .Government. Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Comportamento das Relações de Crédito em Relação ao PIB.	43
Gráfico 02: Evolução de renda per capita.....	44
Gráfico 03: Distribuição de crédito por valores em porcentagem.....	45
Gráfico 04: Volume de Crédito para pessoas físicas – Evolução Percentual Acumulada. ...	46
Gráfico 05: Quantidade de operações por Região.	47
Gráfico 06: Quantidade de operações de crédito para mil adulto	49
Gráfico 07: Inadimplência por região.	49
Gráfico 08: Meses de atuação das Instituições.....	51
Gráfico 09: Quantidade de Operações	53
Gráfico 10: Quantidade de Operações	53
Gráfico 11: Valor dos empréstimos totais	54
Gráfico 12: Empregos Existentes	55
Gráfico 13 – Empregos Gerados.....	56
Gráfico 14: Média de Empréstimos para geração de um emprego	57
Gráfico 15: Utilização do empréstimo por atividade	58
Gráfico 16: Utilização do empréstimo por segmento.....	59
Gráfico 17: Inadimplência em Santa Catarina	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Números do Banco Grameen (até dezembro de 1997)	27
Tabela 2: Instituições de microcrédito na década de 90	34
Tabela 03: Organizações e Regiões	52

LISTA DE ABREVIATURAS

ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Lages

ASBA – Associação dos supervisores Bancários das Américas

BACEN – Banco Central do Brasil

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste Brasileiro

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN – Conselho Monetário Nacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFD – Instituições Financeiras de Desenvolvimento

IMF – Instituição Micro-financeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MP – Medida Provisória

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCPP - Programa de Crédito Produtivo Popular

PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PM - Programa de Microcrédito

PMC - Programa de Microcrédito do BNDES

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

SC – Santa Catarina

SCM – Sociedade de Crédito ao Micro-empendedor

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Câmbio

TAC - Taxa de Abertura de Crédito

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.1.3 Justificativa.....	13
1.3 METODOLOGIA	14
2 MICROCRÉDITO	16
2.1 MICROCRÉDITO E CONCEITUAÇÃO.....	16
2.2 SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL E MICROCRÉDITO	19
3 O MICROCRÉDITO: EVOLUÇÃO	24
3.1 BANCO GRAMEEN	24
3.1.1 Projeto	25
3.1.2 O Banco	26
3.2 MICROCRÉDITO BRASILEIRO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	28
3.3 HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO BRASILEIRO.....	31
3.4 REGULAMENTAÇÕES DAS AÇÕES MICROFINANCEIRAS	36
3.5 APOIO FINANCEIRO GOVERNAMENTAL.....	39
3.6 INCLUSÃO FINANCEIRA.....	42
4.MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do microcrédito é iniciada intensivamente na década de 1970, pelo economista Muhammad Yunus. O mesmo, em Bangladesh, defrontou-se com um alto de nível de pobreza e poucas ações eficazes para combatê-las, dessa forma teve a idéia de conceder pequenas parcelas de empréstimos e diluindo o pagamento durante no máximo em um ano. Com pouca burocracia e um sistema de avalista bem peculiar, o projeto de Yunus tomou corpo e se tornou mais tarde em um banco.

Com a popularidade do Projeto de Bangladesh e o reconhecimento do Banco Mundial de que o microcrédito era uma maneira eficaz de combater a pobreza, novos projetos começaram a ser copiados ou até mesmo adaptados em outras regiões do planeta. A partir desse ponto, os governantes passam a perceber de que os menos favorecidos não necessitam de auxílio para sobreviver, basta sim dar uma oportunidade financeira para que ocorra uma quebra de paradigmas.

O Brasil não começou com força esse movimento nos anos 80, dado a sua instabilidade política e financeira da década. Porém já existiam alguns projetos iniciais que movimentavam essa iniciativa. O apoio financeiro ficou por parte do BNDES, que garante fundos próprios para as instituições microfinanceiras se desenvolverem no cenário nacional.

A emergência das instituições sobre a idéia das micro-financeiras só foi ocorrer a partir da estabilização da macroeconomia em 1996, quando aumentou o interesse dos governos, tanto municipais como estaduais em apoiar a criação de ONGs especializadas em microcrédito. Foi em 1996 quando o BNDES começou o fortalecimento de instituições existentes, por meio do Programa do Crédito Produtivo Popular.

Para incentivar e controlar as ações microfinanceiras, o Governo Federal instituiu leis microfinanceiras, que regulamentam o formato que as instituições microfinanceiras devem ter, bem como a forma de atuação das mesmas.

Esse esforço do governo tem por alavancar as ações micro-creditícias possui base na falta de interesse que os bancos comerciais têm em relação à camada de baixa renda, dado a sua falta de credibilidade institucional e a exclusão que o sistema financeiro promove para essa camada da população.

A intenção do trabalho é mostrar que o microcrédito é uma ferramenta de desenvolvimento regional, a partir do modelo do Professor Yunus na adoção de metodologias de confiança, conjuntamente com o esforço do governo brasileiro tem usado para promover esta ferramenta e os reflexos dessas ações governamentais têm nas instituições microfinanceiras no estado de Santa Catarina.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O tema deste trabalho é a relação que o governo brasileiro tem com o microcrédito, dando ênfase em dois aspectos: o tipo de apoio e os seus objetivos com o mesmo. Portanto, esta monografia se concentrará na compreensão qualitativa e quantitativa da consolidação de dados sobre o microcrédito urbano, finalizando com os resultados em Santa Catarina

Os dados necessários são disponibilizados pelo governo, através de site da Fazenda, do BNDES, bem como através de textos disponibilizados pelo Banco Central, abordando o tema. Os dados para o estado de Santa Catarina foram capitados pelos relatórios de microcrédito do BADESC. A análise dos dados será para o período de 2005 até o ano de 2011, visto que é entre esses períodos que há uma disponibilidade maior de dados. Porém não deixando de relatar o histórico dos anos anteriores.

1.2 OBJETIVOS

Segue objetivos: geral e específico do presente estudo.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é verificar, a partir dos dados disponíveis, como o governo brasileiro apóia o microcrédito e os reflexos dessas ações no estado de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para que se atinja o objetivo geral, será necessário, também, atingir aos seguintes objetivos específicos:

- Revisar brevemente a base do microcrédito, buscando o caso de Bangladesh;
- Explicar a evolução do microcrédito no Brasil e o sistema financeiro nacional;
- Consolidar os dados de crédito em nível nacional;
- Trazer o histórico de apoio governamental dado as instituições de microcrédito;
- Analisar a evolução do microcrédito no estado de Santa Catarina.

1.1.3 Justificativa

A importância deste estudo é fruto da relevância do apoio que o governo vem dando ao Microcrédito. Na tentativa da eliminação da pobreza, o governo brasileiro, junto com outras instituições, vem buscando alternativas que possibilitem à população carente de recursos, buscarem maiores fontes de auto-sustento, sem a dependência da mendicância do governo ou de civis. Através do microcrédito é promovida a inclusão financeira, diferenciando-se do histórico elitizado que o crédito nacional possui.

Tendo em vista esse fato, o seguinte trabalho busca apresentar o microcrédito como uma alternativa capaz de possibilitar o desenvolvimento da população mais carente, com o foco principalmente no microcrédito urbano. Assim apresentando justificativas de como o governo

brasileiro está consolidando ações para o incentivo do microcrédito, sejam elas, financeiras ou operacionais.

Ao determinar as ações públicas em prol do desenvolvimento do microcrédito brasileiro, poderá se ter uma melhor perspectiva do que acontece nos casos regionais, como Santa Catarina. Visualizando como o estado reage aos incentivos governamentais, sejam em acompanhamento do índice de inadimplência ou até sobre o volume de empregos gerados poderá se ter uma perspectiva da evolução que as operações micro creditícias têm no Estado.

1.3 METODOLOGIA

Para esta monografia, a metodologia adotada está baseada em um processo formal e ordenado, dado o objetivo de verificar o apoio que o governo brasileiro dá a projetos de microcrédito urbano. Como já existem dados sobre o microcrédito e os seus investimentos, o método que será usado será o interpretativo. Segundo Dias e Silva (2002), pelo método interpretativo se busca entender o processo pelo qual o fenômeno influencia o seu contexto e assim como ele é influenciado. Por isso é importante realçar que a pesquisa interpretativa não impõe previamente variáveis dependente ou independente, mas busca o foco da situação estudada. Neste caso, especificamente, poderá ser percebido como a teoria esclarece a realidade na área a que este trabalho se restringe – o que significa a busca por medir o apoio do Governo sobre as Instituições de Microcrédito urbano, finalizando com o estudo de caso regional.

Para tanto, o procedimento científico se fundamentará, inicialmente em procurar explicar a importância e os determinantes do Microcrédito, baseado em pesquisa de referência de autores brasileiros, internacionais e dados do governo. Esta pesquisa terá, inicialmente, um caráter exploratório de definição dos principais pontos comum à literatura teórica já existente. Feito isso, haverá o objetivo de elucidar a hipótese fundamental deste trabalho – de que o investimento feito por parte do governo para a promoção do microcrédito, através de crédito para as instituições tem impacto positivo em Santa Catarina – e, em seguida, de compreender com isso se dá por dados empíricos.

A metodologia da pesquisa se concentrará na coleta e na análise deste material bibliográfico, ou seja, qualitativamente, e posteriormente, na análise dos dados disponibilizados

pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) junto com dados de instituições de micro-finanças apoiadas pelo governo.

Será analisada a base do microcrédito, a relação com o mesmo e o sistema financeiro brasileiro, histórico e o seu reflexo das ações governamentais na região de Santa Catarina. Neste caso, a abordagem será basicamente expositiva e descritiva com o objetivo de tornar clara a conceituação.

O resultado pretendido é de entender como o governo brasileiro apóia o microcrédito e qual a sua relação com os resultados obtidos em Santa Catarina. Porém o presente trabalho enfrenta a limitação de literatura sobre microcrédito e se torna ainda mais limitado quando se tratado de dados de Santa Catarina, visto que na literatura ainda se trata de um assunto recente e pouco explorado. Os dados aqui disponibilizados pelo BADESC foram obtidos pelo próprio site da instituição, dos anos de 2009 até 2011, porém mesmo com insistente contato com órgão catarinense, não foi obtido sucesso para os dados consolidados dos anos anteriores.

2 MICROCRÉDITO

2.1 MICROCRÉDITO E CONCEITUAÇÃO

Nas últimas décadas, como relata Neri (2008), o aumento das tecnologias de informação, como internet, computadores e softwares favoreceram a disseminação do crédito entre as populações excluídas do setor financeiro tradicional. Para tanto, o microcrédito foi um serviço financeiro que se diferenciou dos demais, pelo alcance que obteve. Esse crédito está inserido no campo das micro-finanças, envolvendo a concessão de crédito para pessoas excluídas do sistema bancário, seja com tipos específicos de conta corrente ou até com micropoupanças.

Segundo o Texto do Banco Central (2005, p. 11) sobre Democratização do Crédito o “conceito de micro-finanças refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.”. Seguindo a conceituação, o Portal do Microcrédito (2011) trata as micro-finanças como uma “provisão de serviços financeiros a clientes de baixa renda, incluindo trabalhadores por conta própria”.

Martins (2002, p.61) conclui a definição do BNDES sobre micro-finanças como “o oferecimento de serviços financeiros, por instituições financeiras *strictu sensu* (bancos, financeiras, SCMs e cooperativas de crédito) ou não (ONGs e OSCIPs), para pessoas e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro (...)”.

Apesar de não existir consenso da definição de microcrédito, já há iniciativas no sentido de encontrar pontos comuns, favorecendo uma maior convergência. Ao partir desse princípio de que o crédito deve ser algo democrático a todos e de que o microcrédito está inserido nas micro-finanças, visto que é um serviço financeiro, o conceito dado ao microcrédito por Alves e Soares (2004) é de que “no contexto das microfinanças, dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimos”.

Gulli (*apud* Neri 2008) aborda o microcrédito como serviços financeiros de pequena escala, ou seja, proporciona valores baixos aos seus interessados, porém Screiner (*apud* Neri

2008) não define esse tipo de crédito pelo valor emprestado, mas sim como um tipo específico de crédito concedido para pessoas de baixa renda.

Neri (2008, p.29), no seu livro “Microcrédito: O mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro” faz uma ligação entre ambos os autores, Gulli e Screiner, e define o microcrédito como “os empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda”.

Para o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil, foi levada em consideração a conceituação da Associação dos Supervisores Bancários das Américas (ASBA 2010, p. 78), do qual entendem:

o microcrédito como crédito de pequena quantia concedido a pessoas com negócio próprio, de pequena escala, e que será pago fundamentalmente com o produto da venda de bens e serviços oriundos desse negócio. Além disso, segundo essa definição, o microcrédito é outorgado com metodologias creditícias de intenso contato com o tomador para avaliar sua vontade e capacidade de pagamento.

Para uma definição mais completa, nesse trabalho usaremos a conceituação do O Portal do Microcrédito (2011):

Principal atividade do setor de micro-finanças. Trata-se de um empréstimo de pequeno valor dado aos empreendedores de baixa renda, tanto da economia formal e como da informal. Fórmula encontrada para potencializar o desenvolvimento de pequenos negócios, através de crédito ágil para indivíduos que pela baixa formalização de seus negócios Não se encontram em condições para pleitear crédito junto às instituições tradicionais do sistema financeiro

Seguindo nessa mesma abordagem, tem-se a denominação do crédito para a população de baixa renda de Barone et al. (2002, p. 11), trazendo junto a questão da metodologia:

é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

O uso dessa metodologia específica na concessão de crédito para a população de baixa renda que os autores Barone et al. (2002), Alves e Soares(2004) concordam, é pelo fato de que tradicionalmente as pessoas se direcionam fisicamente aos bancos para concessão de crédito. Visto dessa forma, as instituições de microcrédito agem de forma atípica fazendo as suas abordagens diretamente onde o candidato ao crédito trabalha ou reside.

Outro ponto de diferenciação de metodologia são os sistemas de garantias que a instituições de microcrédito usam, pois, adotam garantias mais próximas das condições sócio-

econômicas dos tomadores e de certa forma menos burocráticas que as instituições bancárias tradicionais, logo menos restritivas (NERI 2008).

A função do microcrédito é o combate a pobreza (YUNUS 2001), que por sua vez promove o desenvolvimento, visto que o crescimento econômico não é o único fator determinando para tal. Segundo o Mendonça (2001) o desenvolvimento deve ser encarado considerando os fatores humanos, social, empresarial, natural e renda. Assim “quando se fala em desenvolvimento, refere-se a melhoria de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social) das que estão vivas hoje e que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável) em um determinado local.” (MENDONÇA 2001, p. 27).

Com a visão de que o microcrédito levará a um maior desenvolvimento e que o mesmo é uma política de Estado multifuncional, o apoio Governamental dado as instituições microfinanceiras, nada mais é que um catalisador do movimento desenvolvimentista que o microcrédito proporciona. Como sublinha Foschiato (2006) há uma importante relação entre a esfera de ação social com a econômica, dado que para o andamento de uma é necessário o equilíbrio de outra. Para tanto, o apoio do Estado tem se feito fazer presente, usando do microcrédito para a iniciação de um processo de inclusão financeira:

El microcrédito constituye una herramienta potencialmente eficaz debido, sobre todo, a su capacidad para penetrar en los diferentes sectores de actividad y para adaptar constantemente su metodología, lo que permite ofrecer apoyo financiero a estratos socioeconómicos generalmente excluidos [...] (FOSCHIATO 2006, p. 23)

Foschiato (2006) continua a abordagem no livro “Políticas Municipales de Microcrédito”, estabelecendo de que o Estado pode usar esse empréstimo como uma forma de desenvolvimento social, visto que o mesmo proporciona certo equilíbrio para o Sistema Financeiro, dado que em muitos lugares o Sistema não alcança. Ao passo que a capacidade de empréstimo aumenta entre os excluídos, crescem as oportunidades de crescimento, portanto o Estado vê “el microcrédito en las estrategias que buscan dinamizar los tejidos productivos locales” (FOSCHIATO 2006, p.23).

O microcrédito vem então para dar apoio a pequenas empresas e pequenos trabalhadores autônomos, sejam rurais ou urbanos, por se caracterizarem como uma atividade pequena e que atua em muitos setores, seja em serviços, agropecuária ou até comércio locais. O nível de eficiência desses empreendimentos é muito baixo, como alerta Neri (2008), altamente carente de recursos financeiros, tecnológicos e operacionais.

Mesmo apesar de muitas dificuldades, este segmento tem conseguido mostrar a sua expressividade em quanto à relação de emprego e o ingresso de milhões de pessoas na população ativa economicamente (FOSCHIATO 2006), tratando de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social dos trabalhadores informais.

Com a ampliação do microcrédito, em diversos países, houve avanço dos postos de trabalho, sobretudo os empregos autônomos, trazendo maiores oportunidades para a população e para a microeconomia (YUNUS, 2002). Ao passo que ao mesmo tempo conseguiu aumentar a produtividade, “como resultado de la creación de mecanismos capaces de favorecer a los pequeños productores y de proporcionar un más rápido acceso a la tecnología y a la información (PNUD,1996)” (FOSCHIATO 2006, p. 25).

2.2 SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL E MICROCRÉDITO

A partir do sistema de Bretton Woods na década de 70, os sistemas financeiros no mundo se tornaram mais integrados, obviamente devido a novas tecnologias da época, informação e transporte, assim possibilitando um maior deslocamento das atividades financeiras. Segundo Lima (2010, p.291)

Entretanto, dada a complexidade da relação entre moeda e espaço, este movimento não foi significativo. (BUDD, 1999). Ao contrário, o que se observa nos últimos anos é a ratificação da posição central dos três grandes centros financeiros internacionais – Nova Iorque, Londres e Tóquio –, devido à existência de fatores específicos de cada localidade que os tornam mais ou menos atrativos. Na realidade a inovação tecnológica e financeira superou (e continua a superar) as restrições de tempo e espaço.

Os principais sistemas financeiros tendem a se aglomerar em grandes centros urbanos, não que seja isso uma relação de obrigatoriedade, porém um evento natural, como relata Lima (2010). Assim, a posição do centro financeiro é determinada por suas redes de relacionamento e por sua estrutura institucional, juntamente com a proximidade física minimiza a incerteza e os riscos envolvidos em suas operações, proporcionando por essa vez uma concentração espacial.

A união dos sistemas financeiros nacionais altamente concentrados com as diferenças entre os custos regionais de informação acaba gerando uma segmentação dos mercados

financeiros e por sua vez, insere problemas no processo de alocação dos recursos financeiros, comprometendo a capacidade de atração dos investimentos.

Aparentemente, como relata Lima (2010), quanto mais centralizado é o sistema financeiro, mais ainda será escassa a disponibilidade de crédito para as massas periféricas. Dado que os riscos (que os bancos metodologicamente incorporam como altos) associados aos seus projetos de investimento são bem grandes.

Algumas regiões para os bancos são tão arriscadas que são denominadas *red lines*, uma terminação em inglês referente à linha vermelha em guerras, ou seja, altamente comprometedoras. Assim, mesmo que as taxas de juros nessas regiões sejam mais elevadas e atrativas, isso não garantirá um fluxo alto de capitais, devido à dependência de relacionamento forte com os seus investidores, que são fundamentais para o progresso de atividades mais elaboradas financeiras, dependendo ainda dos altos custos de informações regionais.

O intuito do estabelecimento destas redes por intermediários financeiros é a desenvolvimento e a manutenção de vínculos estáveis, pois facilitam a informação e diminuem as incertezas e os riscos. Nas regiões subdesenvolvidas, seu estabelecimento não é de menos importância, para ter continuidade, necessita haver alterações nas estruturas institucionais financeiros locais, propiciando um engajamento entre o sistema produtivo e o sistema financeiro locais.

Segundo Lima (2010, p. 292) “Na atual ordem econômica mundial, é difícil reverter à lógica concentradora dos centros financeiros, apesar dos avanços tecnológicos e das facilidades de comunicação e transporte”. Visto que o aumento da riqueza nacional está diretamente relacionado com o relacionamento e estabilidade dos sistemas financeiros, tornando o papel do Estado fundamental, pois a regulamentação pode contribuir para o desenvolvimento em um longo prazo.

A simples disponibilidade de crédito pode não ser a razão para o crescimento das regiões subdesenvolvidas, dado à incerteza, à falta de poupança e o risco. Assim as instituições regionais são as mais sinalizadas para se responsabilizar para o desenvolvimento local, já que conhecem as condições melhor do que terceiros, garantindo, por sua vez um retorno social maior.

Segundo Pinheiro (2008, p. 28) é definido como sistema financeiro “um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias até o investimento demandado pelas

deficitárias.” Ele atua como uma rede de mercados e instituições com a finalidade de transferência dos fundos disponíveis dos poupadores.

Já para Ferreira (2010, p. 01) “O sistema financeiro pode ser definido como um conjunto de instituições e órgãos que regulam, fiscalizam e executam as operações relativas à circulação da moeda e do crédito.” Com essa visão é possível constatar a importância que o crédito possui para o sistema financeiro, bem como para a sua saúde é necessário o controle e a participação do geral dos *stakeholders*.

O autor Pinheiro (2008, p. 28) visualiza o sistema financeiro “como a soma das unidades operacionais que o compõe e dos responsáveis pelas políticas monetárias, creditícias, cambial e fiscal, que regulam seu funcionamento, bem como os fluxos monetários entre os que dispõem de recursos financeiros e os que deles careçam, para suas atividades de produção ou de consumo.”

Com essa visão, pode-se concluir que a criação de um órgão como o Banco Central nas economias modernas, decorre da necessidade da própria economia, que necessita de um bom funcionamento e implantação de regras que o torne saudável, não decorrendo assim uma única necessidade do Estado. Dessa forma o autor Pinheiro (2008) deixa evidente a sua opinião de que o Sistema Financeiro de cada nação sempre será um reflexo do próprio grau de desenvolvimento da sua economia.

As instituições surgirão, evoluirão e se diversificarão de acordo com o próprio progresso nacional, competindo as autoridades nacionais a visão do seu próprio mercado, para a formulação de políticas econômicas que corrijam e sejam capaz de disciplinar as disfunções provenientes do sistema.

Os sistemas financeiros são um dos setores mais bem regulamentados, pois os governos têm que disponibilizar informações necessárias aos participantes do mesmo, dado o aumento de garantia e credibilidade do funcionamento, juntamente com o controle de oferta monetária. O funcionamento ruim do sistema gera oscilações muito grandes nos fluxos monetários, dos quais os efeitos podem ocasionar uma demora para a estabilidade, dos quais podemos citar: uma maior demanda pela liquidez; perda de credibilidade governamental; instabilidade no nível de preços; desestímulo à poupança.

Ferreira (2010) divide a estrutura do sistema financeiro nacional em subsistemas, o de supervisão e outro de operativo. O subsistema de supervisão tem função “de editar normas que definam parâmetros para a transferência de recursos dos poupadores para os tomadores e

controlar o funcionamento das instituições e entidades que efetuem atividades financeiras” Ferreira (2010, p.02), neles se enquadra, por exemplo, o CMN e o BACEN. Já o subsistema operativo tem por função “operacionalizar a transferência de recursos do poupador para o tomador, de acordo com as regras estabelecidas pelas entidades integrantes do subsistema de supervisão.” Ferreira (2010, p.03), neles se classifica as instituições bancárias ou monetárias, instituições não bancárias, prestadores de serviços financeiros regulamentados e também sistema brasileiro de poupança e empréstimo.

De acordo com Pinheiro (2008) as principais funções que o sistema financeiro exerce na economia são:

- Promoção da poupança;
- Arrecadação e concentração da poupança em grandes volumes;
- Transformação da poupança em créditos especiais;
- Encaminhamento dos créditos às atividades produtivas mais viáveis para o progresso da economia;
- Gerenciamento das aplicações geradas no tempo corrente e manutenção criando um mercado para elas.

O desenvolvimento do sistema financeiro é feito devido que em um determinado momento algumas unidades econômicas consomem menos, já outros acabam gastando mais, poupando menos, necessitando assim de recursos financeiros emprestados do mercado. O primeiro grupo é chamado por Pinheiro (2008) de unidades superavitárias e as segundas deficitárias, ou seja, deficitárias de liquidez. Para que o deficitário consiga acesso ao sistema financeiro, se faz necessário que haja um mercado organizado, do qual por meio de intermediários financeiros se possam interligar uma unidade com a outra.

Por sua vez,

as unidades deficitárias emitem nos mercados de títulos dirigidos às unidades superavitárias que desejam emprestar sua liquidez em troca de um rendimento através de emissões no mercado primário. Uma vez que se começam a negociar os títulos emitidos, esse mercado passa a chamar-se mercado secundário. (PINHEIRO 2008, p. 31).

Dessa forma, o sistema financeiro será o ponto focal, dos quais as unidades procurarão instrumentos financeiros ofertados para consolidarem o papel do qual geralmente os intermediários financeiros têm nos mercados financeiros. A idéia de um sistema financeiro

saudável será, portanto a descentralização das atividades financeiras em poucas instituições e o aumento da capacidade das instituições bancárias em assumir riscos maiores.

3 O MICROCRÉDITO: EVOLUÇÃO

3.1 BANCO GRAMEEN

Foi então com a visão de que as bancos comerciais não conseguiam atingir as regiões subdesenvolvidas para a demanda de crédito, que na segunda metade do XX, os governos do mundo decidiram implementar iniciativas de crédito para os menos favorecidos. Segundo Neri (2008), estratégias de redução de redução da pobreza via apoio ao crédito subsidiado foi altamente implantado nas décadas de 1950 e 1980.

No entanto essa primeira iniciativa não foi muito produtiva, devido principalmente à ineficiência, as taxas subsidiadas e à corrupção pela burocratização, ocasionando altas taxas de inadimplência, custo crescentes e por fim, um racionamento do crédito. “Dessa forma os bancos tiveram que reduzir os juros dos depósitos para compensar os baixos empréstimos” (NERI, 2008, p. 27), assim pouca poupança foi coletada, as taxas de inadimplência foram altíssimas devido ao fato de que os tomadores de empréstimos sabiam que os bancos não durariam e dessa forma, pouco crédito foi fornecido.

O Banco Grameen em Bangladesh foi o *turnning point* nessa situação desfavorável que se encontrava o crédito para a periferia, com experiência e metodologias próprias, contribuiu como um exemplo para as posteriores implementações e modificações nas micro-finanças (NERI, 2008). Entre as principais contribuições estão, o empréstimos de acordo com a renda e o objetivo rentável do empréstimo, o mecanismo de avalistas solidários, uma menor burocracia, sistema proatividade dos agentes, dos quais o banco vão até os seus clientes e uma boa utilização de micropoupanças e microseguros como um aumento da sua cartela de produtos.

3.1.1 Projeto

Segundo Sachet(2001) em determinado momento da carreira do economista e professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, o mesmo se deparou com a realidade da miséria e da fome com a contradição dos modelos econômicos ortodoxos. Constatou que nada adiantava para os pobres, que se movimentavam ao redor da universidade que lecionava, se as teorias econômicas obtinham respostas para tudo, sendo que a solução estava muito distante da suas existências. Pelas palavras de Yunus, “Assim, onde estava a teoria econômica que dava conta de sua vida real? Como continuar a contar histórias de faz-de-conta a meus alunos em nome da economia?” (YUNUS, 2001, p.14).

Dessa forma em 1974 Yunus decidiu torna-se um estudante empírico, tratar e reconhecer a própria realidade do sistema que vivia. Usou a aldeia de Jobra, em Bangladesh, como aprendizado e também ponto de partida para seus estudos, convivendo com os pobres, vendo as suas necessidades e as suas particularidades culturais. Não com a intenção de salvar muitas pessoas, mas com a intenção de salvar as pessoas que ele conseguisse alcançar (YUNUS, 2001)

Na aldeia, a maioria da atividade econômica era rural ou nos caso das mulheres, eram artesanatos produzidos em casa. As suas matérias-primas eram compradas, porém em sua maioria a verba era conseguida com agiotas a juros muito altos, com lucro tirado da venda do artesanato mal se conseguia honrar os pagamentos da dívida.

Segundo Sachet (2001) no desespero de reverter à situação em que encontrava a aldeia, o Yunus identificou que 42 aldeões que viviam endividados pelos altos juros. No intuito de modificar aquele estado econômico - o professor emprestou a quantia devida, com a regra de que deveriam fazer o reembolso quando o favorecido estivesse preparado financeiramente para o mesmo, o saldo de inadimplência para o pequeno projeto foi zero.

Motivado pelo sucesso do seu projeto, decidiu que a partir daquele momento não era mais uma questão de uma solução pessoal, mas sim de uma solução institucional (YUNUS, 2001). Para isso procurou o Banco governamental Janata, um dos mais importantes do seu país. Diante das condições burocráticas bancárias e das exigências de empréstimos atípicas da parte do professor tornou o primeiro contato infrutífero.

Direcionado para o gerente regional do banco, o Yunus conseguiu finalmente ser fiador de um empréstimo para começar o seu projeto de microcrédito. “O projeto de empréstimo só foi aceito depois de seis meses de correspondência pelo correio. Finalmente, em dezembro de 1976, consegui obter um empréstimo do banco Janata, que pude distribuir aos pobres de Jobra” (YUNUS, 2001, p. 108).

Com a noção de que os bancos (o sistema financeiro local) não estavam suprindo a necessidade da demanda dos periféricos, dado as suas altas restrições burocráticas. Yunus vislumbrou que o sistema de crédito estava se tornando ineficiente para essa parcela da população ao não se comunicarem com a sua demanda em potencial Segundo Yunus (2001, P. 109)

Os bancos, sem perceber, criaram uma categoria de pessoas “que não merecem um empréstimo”, o que significa que eles não as podiam tocar. Por que os bancos se apegam tantos à garantia? Por que ela é tão necessária? Por que razão as pessoas que conceberam o sistema bancário optaram por instaurar um *apartheid* financeiro? Suponho que as idéias e os conceitos se transmitam de geração a geração quase sempre sem ser questionados.

Foi então nessa linha que o professor Yunus estava tornando um dos projetos mais ambiciosos de crédito aos pobres conhecido até o momento, com o intuito de mostrar que os intocáveis financeiros eram finalmente alcançáveis e possíveis de honrar as suas dívidas.

3.1.2 O Banco

Yunus teve que contar com um amplo relacionamento governamental para tornar o seu projeto de microcrédito viável em um banco. Inicialmente o Banco Grameen se tornou um banco estatal, contando com a participação de 60% acionária para o Governo e 40% em poder dos financiados, importante ressaltar que os financiados fazem parte da constituição do banco. Não era favorável para o projeto ter uma participação acionária pequena, pois limitava o seu poder na instituição, porém com a visão de que a participação governamental daria credibilidade ao projeto frente à população e ainda facilitaria os recursos necessários iniciais para a abertura do banco.

Após a aprovação da Câmara legislativa de Bangladesh, o Banco Grameen inverteu a sua porcentagem acionária, tendo domínio das suas próprias ações. Segundo Yunus (2001) o Grameen passou a ser mais que um banco, era uma instituição incorporada a sua realidade. O

Banco possui as suas próprias resoluções, que são como um guia das práticas, não só bancárias, mas também sociais. Sachet (2001) resumi as práticas do banco que se tornaram tão popular e que romperam com a metodologia usada pelos bancos comerciais:

- Formação de um grupo de cinco pessoas que compartilhem as mesmas vontades e o mesmo status sócio-econômico;
- O pedido do empréstimo individual só poderá ser aceito se aprovado pelo grupo de cinco pessoas do qual já fazia parte;
- O primeiro empréstimo será no máximo de US\$12,00 à US\$15,00.
- O pagamento da dívida será semanal, correspondendo a 2% da soma emprestada, durante 50 semanas;
- Taxa de juros de 20% para empréstimos de um ano;
- Empréstimo concedido em confiança, a burocracia é mínima.

Outro ponto importante é o fato de que existe empréstimo de financiamento para moradia, que chegam a 8% para empréstimos de dez anos. Para manter a taxa de inadimplência irrisória, o Banco mantém um reserva de 100% para todo e qualquer empréstimo efetuado, menos para empréstimos de moradia, do qual conta com uma reserva inicial de 5%. Está na metodologia do Grameen não praticar a caridade, evitando dependência com a corporação, tanto que as pessoas selecionadas são um público alvo de baixa renda, em sua maioria mulheres, estimulando o contato social com o avalista solidário e mantendo a sua taxa de inadimplência baixa.

Tabela 01: Números do Banco Grameen (até dezembro de 1997)

ITENS	DADOS
1 - Números de aldeias onde o Grameen atua	37 937
2 - Números de Centros do Grameen	64 701
3 - Números de Membros Grameen	2 272 503
Mulheres	2 148 844
Homens	123 659
4 - Casas próprias adquiridas com empréstimos	360 160
5 - Números de Agências	1 105
6 - Números de Funcionários	12 628

Fonte: Yunus (2001, p. 335).

Os dados da Tabela 01 são até 1997 e mostram números bem favoráveis para um projeto que começou com poucos dólares. Demonstrando a importância de idéias que possam constituir ajudas específicas para regiões diversificadas.

3.2 MICROCRÉDITO BRASILEIRO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A criação do Banco do Brasil em 1808, com o alvará de Dom João VI, marca o início do Sistema Financeiro Brasileiro, dado a abertura dos portos brasileiros e a vinda da família real para o país. Como era a única instituição do gênero no país, o banco passou a administrar das despesas nacionais, juntamente com funções de “banco de depósitos, descontos e emissão, gozando ainda do privilégio da venda dos produtos comercializados pela coroa” (PINHERIO 2008, p. 44), demonstrando que o início do sistema bancário brasileiro foi voltado para a população de alta renda.

No final do Império, a libertação dada aos escravos em 1888 repercutiu substancialmente na ordem econômica e financeira do país. Segundo (ROSSETTI 1997 p. 420)

A liberdade concedida a 800 mil escravos aniquilou fortunas rurais, motivou perdas de 40% a 50% das colheitas, provocou escassez e inflação e motivou um primeiro surto de industrialização, à medida que a falta de mão-de-obra para atividades rurais induziu novos empreendimentos industriais nos centros urbanos. Ainda no Império, para atender às conseqüentes pressões por maior volume de crédito, não só em virtude da expansão da massa salarial mais ainda das necessidades de financiamento dos novos empreendimentos, o poder emissor, que se encontrava a cargo do Tesouro, foi estendido aos bancos.

Já nas décadas de 1920, a alta sensibilidade do preço do café nos mercados internacionais, gerou uma expansão na produção agrícola brasileira.

O livre intercâmbio de bens, ideais e fatores de produção durante a fase de recuperação da estagnação do início do século teria facilitado a diversificação do parque industrial, processo que seria ainda favorecido por um fator adicional as crescentes dificuldades de importação durante a Primeira Guerra, Mundial (ROSSETTI 1997, p. 422).

É nesse contexto que foi criada a Inspetoria Geral dos Bancos, que conjuntamente com a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, deu base para a criação em 1945 da Superintendia da Moeda e do Crédito (SUMOC), da qual a mesma passa a ser um órgão de regulação e fiscalização das entidades bancárias. Já que o Brasil nessa época, já contava com alguns bancos nacionais e outros internacionais, porém em sua maioria voltados para a produção cafeeira, ou seja, o atendimento a classe empresarial brasileira.

A Segunda Grande Guerra marcou um estímulo à industrialização brasileira, criando necessidades maiores de financiamentos para empresas, conseqüentemente uma expansão da rede bancária, com a necessidade da expansão de novas agências. Por isso o organismo regulatório como o Banco Central era necessário, foi partindo dessa necessidade que se criou a SUMOC em 1945.

A década seguinte como afirma Pinheiro (2008), foi marcado por uma intensa proliferação da atividade bancária, aumento o número de bancos e tornando menor o controle dos mesmos. Foi em 1965 que foi aprovado o projeto para a criação do Banco Central do Brasil, instituição coordenadora do sistema financeiro do país.

A década de 80 foi o início de um ciclo de financiamentos comerciais para os órgãos públicos, seja a União ou até mesmo os municípios. Na mesma década o Conselho Monetário permitiu que os bancos comerciais atuassem como bancos múltiplos, possibilitando uma maior diversidade de carteira de produtos financeiros, perdendo a noção que até então figurava que as instituições financeiras precisavam ser especializadas. Com essa nova atitude o Sistema Financeiro proporcionou uma maior concorrência entre os bancos e assim expandindo as suas atividades para atingir uma demanda que era até então congelada, a população com média e baixa renda (PINHEIRO 2008).

Nos anos 90, segundo Pinheiro (2008, p. 45):

havia um número elevado de instituições financeiras, que beneficiavam-se do ganho propiciado pelas transferências inflacionárias, o chamado *floating*, para viabilizar suas operações no âmbito do mercado financeiro. Essa situação foi resultante de vários anos de inflação e desequilíbrios macroeconômicos, que levaram a constituição desse modelos de Sistema Financeiro.

Acontece também que:

nesse período os bancos obtinham lucros exorbitantes como chamada “ciranda financeira”. Contavam com grande número de agências para captação de recursos, já que, quanto maior era a inflação do mês, mais os correntistas depositaram os seus fundos de investimentos para que a desvalorização diária não corroesse seu dinheiro. Os bancos lucravam com a aplicação desse dinheiro em forma de empréstimos, já que os juros recebidos eram maiores que aqueles pagos aos correntistas por seus investimentos. (PINHEIRO 2008, p. 45)

A estabilização econômica derivada do plano real na metade da década de 90 fez o sistema financeiro passar por mudanças. Uma delas foi a perda de lucratividade através do *floating*, outra foi a diminuição dos números de agências bancárias, tendo que os bancos investir

na qualidade e diversificação dos serviços, em vez da quantidade. Ou uma intervenção do Banco Central na limitação do crédito para a população, como também um aumento de 90% dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a vista (LOPES&ROSSETTI 1998).

Essas modificações fizeram com que ocorresse uma inadimplência por parte da população, tornando os bancos cada vez mais vulneráveis as oscilações, fazendo muitos pedirem redesconto para o BACEN. Com vista na possibilidade de agravar a situação bancária do Brasil, o governo fez uma intervenção, lançando o Programa PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), ofertando incentivos fiscais, regulando melhor o sistema, e criando impeditivos para a criação de novas instituições financeiras. Fazendo também com que as instituições prestassem auditoria contábil e permitindo o BACEN intervir mais nas ações bancárias.

A partir de então os conglomerados bancários aumentaram, juntamente com a participação estrangeira nas instituições financeiras com incentivos governamentais. Favorecendo a concorrência na necessidade de investimentos de produtos para manter participação de mercado.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso apoiado pelas teses neoliberais (OLIVEIRA 2010), buscou promover a estabilização monetária, conjuntamente com a abertura comercial e financeira, dado que o mesmo buscava um crescimento econômico. Foi marcado por um regime de metas de inflação, como forma de sinalização para o mercado e como forma de controle do crédito ofertado pelos bancos, por meio de divulgação da taxa básica de juros (SELIC), visto que a disseminação do crédito estava amplamente alastrada.

De acordo com Oliveira (2010), para conciliar com o novo regime monetário (o Real), estabeleceram-se metas de expansão, elevando-se o coeficiente de depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista. Juntamente com isso o Brasil abriu portas para o capital especulativo, que necessitaria de um controle do sistema financeiro para que o mesmo não agravasse.

Para tanto o Comitê de Política Monetária (COMPOM) se reunia mensalmente para a definição da taxa de juros, porém perto de 2006 “segundo avaliação efetuada a partir das taxas observadas de inflação, e principalmente, das expectativas coletadas entre analistas do sistema financeiro privado” (OLIVEIRA, 2010, p. 35) o comitê começou a se encontrar somente oito vezes ano. Como afirma o mesmo autor a taxa real de juros que o país tem é uma das mais altas do mundo e o governo justifica esse índice como forma de conter a pressão inflacionária.

Devido ao histórico inflacionário brasileiro, o sistema financeiro nacional se caracteriza por ser um combatente das baixas taxas de juros, na tentativa da contenção ao crédito, já que atualmente o país se apresenta como um país emergente e os investimentos estrangeiros são crescentes (OLIVEIRA, 2010). O governo posterior ao de Fernando Henrique foi de Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentou as mesmas bases neoliberais diante das questões econômicas, porém adotando uma postura menos conservadora diante da população de baixa renda como o programa de crédito a habitação “Minha Casa Minha Vida”, que visa proporcionar à população a capacidade de aquisição da casa própria (CAIXA 2011).

3.3 HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO BRASILEIRO

O Brasil conhece uma forma de microcrédito desde a década de 1950, o subsídio de créditos rurais, como relata Machado (2001), houve tentativas de implementar projetos, porém geralmente não obteve êxito, dado ao fato de intensa burocratização e desvio de verbas. A partir de 1973 e, seguindo a tendência mundial para as micro-finanças, o Brasil começa a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano nos municípios de Recife e Salvador, projeto liderado pela Accion Internacional, com a colaboração de bancos locais e empresas, Barone *et al* (2002).

O programa passou a se chamar UNO, União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, atuando como uma organização não governamental voltada para o “microcrédito e capacitação de trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de ‘aval moral’”. (BARONE *et al*, 2002, p. 21). Seus recursos iniciais vinham de instituições internacionais que por sua vez foram aumentadas por outros tipos de crédito ao projeto.

A UNO passou ser referência em programas de microcrédito na América Latina, pelo fato de não só ceder crédito, mas também capacitação dos trabalhadores de baixa renda, incentivando o cooperativismo entre os mesmos (BARONE *et al*, 2002). Porém depois de quase duas décadas da criação da instituição, a UNO foi à falência, principalmente por não manter um sistema de sustentabilidade financeira básico para a rodagem dos créditos, ou seja, não tornou as

suas doações em patrimônio financeiro que pudesse ser emprestados e também a falta do uso de juros de acordo com o mercado, Barone *et al* (2002)

Foi com a decadência da UNO que outras instituições puderam perceber o quão importante era se manter sustentável. Então a partir dos anos 1980, as microfinanças deram um passo importante, as instituições perceberam que só poderiam ofertar serviços em larga escala e de forma lucrativa, se, segundo Machado (2001), adotassem alguns princípios de gerenciamento na concessão de crédito; reconhecimento das necessidades e condições de seus clientes; reduziam-se os custos de aprovação e análise de crédito; e se criaram formas de não estimular a inadimplência.

É possível citar algumas outras experiências como a rede de Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAP/RS), ou ainda o Banco Mulher na Bahia, que contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ambos os programas inaugurados na década de 1980 e utilizando a metodologia do aval solidário.

A Portosol, outra empresa não-governamental, iniciou os seus trabalhos em 1995 com ou o apoio da Prefeitura de Porto Alegre. Outro exemplo de apoio de Prefeituras é o VivaCred, movimento de crédito para as comunidades carentes do Rio de Janeiro. O CrediAmigo é um programa implementado inteiramente pelo um banco estatal, o Banco do Nordeste, porém as suas atividades se iniciaram em 1998 com ações independentes do Banco que o gerencia, tornando-se o maior programa de microcrédito orientado que o Brasil tem. Segundo Neri (2008, p. 41) o CrediAmigo “oferta hoje sozinho mais microcrédito que todos os outros programas brasileiros juntos”.

Em 2001 o SEBRAE iniciou o seu Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, atuando como uma organização de “segunda linha”, ou seja, não empresta recursos diretamente para a população, mas sim para as agências de microcrédito interessadas. Com o objetivo de apoiar a criação e o fortalecimento de instituições de Microcrédito, o programa exige a adoção de princípios de auto-sustentabilidade e independência.

Outro órgão de apoio é a Caixa Econômica Federal, que atualmente (BARONE *et al*, 2002) já atua com a parte de micro-finanças para às camadas de menor renda no mercado de varejo bancário e tem sido responsável pelo fornecimento de recursos as entidades que possuam os princípios metodológicos do microcrédito, bem como assume os riscos das operações.

Com o aumento da criação de agências de microcrédito (BARONE *et al*, 2002) e vislumbrando a importância social que este tipo de empréstimo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com parceria do Conselho de Comunidade Solidária em 1996 lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular. O programa visa o incentivo de ações microfinanceiras, criando padrões gerenciais e atuando como um programa de “segunda linha”. De 1996 a 2001 foram utilizados mais de R\$55,8 milhões de recursos do BNDES, dados do próprio site do BNDES, sendo um dos órgãos mais apoiadores de práticas microfinanceiras que o Brasil possui.

Mesmo o Brasil já possuindo uma experiência desde a década de 70 é possível constatar, segundo Amaral *et al* (2001), que as experiências subjacentes são ainda muito recentes. Em sua maioria iniciada a partir da década de 90,

Se, por um lado, este fato ressalta a crescente importância que o crédito direcionado para unidades de pequeno porte vem adquirindo no cenário brasileiro, indica também que a maioria dos programas encontra-se ainda em processo de formação, sem ter desenvolvido plenamente suas potencialidades (AMARAL *et al*, 1997, p. 89).

Com a Tabela 2 de Amaral *et al*, podemos vislumbrar as nove principais instituições criadas na década de 90, constatar que tipo de apoio recebem, com que recursos se mantêm e também qual o seu público alvo, ou seja, seus colaboradores.

Tabela 2: Instituições de microcrédito na década de 90

Entidade	Início da Linha de Crédito	Fontes de Recursos para Crédito	Apoio Técnico ou Financeiro	Outras Linhas de Ação	Público-Alvo do Programa de Crédito	Abrangência Geográfica do Programa de Crédito
PORTOSOL	janeiro de 1996	Prefeitura de Porto Alegre, Governo do Estado, SEBRAE/RS, IAF, GTZ, BNDES	Entidades empresariais	Não	Microempreendedores formais ou informais, com no mínimo seis meses de atividade, nos setores de produção, comércio e serviços	Município de Porto Alegre
BANCO DA MULHER/PR	abril de 1996	BAMERINDUS S.A	Associação Comercial SEBRAE	Capacitação técnico-gerencial, apoio à comercialização (ambas em convênio com outras entidades)	Microempreendedores formais ou informais, com no mínimo seis meses de atividade, nos setores de produção, comércio e serviços, prioritariamente mulheres	Curitiba, Iraci e Araucária
MÃOS DE MINAS	junho de 1995	BID	BID	Apoio à comercialização, capacitação gerencial (convênio Centro CAPE), representação dos interesses dos artesãos (junto ao Executivo e ao Legislativo)	Artesãos e pequenos produtores caseiros, com no mínimo seis meses de atividade	Região Metropolitana de Belo Horizonte
CEAPEPE	agosto de 1992	UNICEF, BID, Prefeitura de Petrolina	Entidades empresariais SEBRAE	Capacitação gerencial, apoio à comercialização	Microempreendedores formais ou informais, com no mínimo seis meses de atividade, nos setores de produção, comércio e serviços	Recife, Canuaru e Petrolina
CEAPEFB	1994	UNICEF	Entidades empresariais SEBRAE	Capacitação gerencial	Microempreendedores formais ou informais, com no mínimo seis meses de atividade, nos setores de produção, comércio e serviços	Campina Grande
CAIXA DO POVO	fevereiro de 1996	Governo do Estado do Ceará (divididos do BEC)	BEC e Empresários do Ceará	Não	Microempreendedores informais urbanos, pequenos produtores rurais, pequenas indústrias de confecção	Estado do Ceará (atualmente Fortaleza e municípios do interior)
ORGAPE	fevereiro de 1997	UNICEF	Prefeitura de Icapuí UNICEF	Capacitação gerencial, apoio à comercialização	Microempreendedores formais ou informais, de todos os setores de atividade econômica	Inicialmente Município de Icapuí (possibilidade de expansão para outros municípios da região do Vale do Jaguaribe)
MOC	1992	CEBEMO/BILANCE (Holanda), YEPALA (Espanha), OIKOS (Portugal), SOS-PG (Bélgica), MISEREOR (Alemanha)	UNICEF, OIT, CRS (USA), Fundação Friedrich Naumann (Alemanha), Desenvolvimento e Paz (Canadá), Fastenopfer (Suíça)	Assessoria e capacitação técnico gerencial, questões de gênero, educação básica, capacitação de professores, organização da sociedade civil (formação de conselhos), erradicação do trabalho infantil (participação no programa Vale Cidadania/Bolsa-escola)	Pequenos produtores rurais e urbanos	Municípios do interior da Bahia (microrregião de Feira de Santana e Serninha)
APAEB Valente	novembro de 1994	Pão para o Mundo (Alemanha), SOS-PG (Bélgica), Fundação Kellogg (USA), Banco do Nordeste do Brasil (FNE/FAT)	Cáritas, CERIS, CESE, DISOP (Bélgica), MISEREOR (Alemanha)	Assessoria e capacitação técnico-gerencial, apoio à comercialização, beneficiamento da fibra de sisal, fabricação industrial de tapetes de sisal, educação básica	Pequenos produtores rurais	Municípios do interior da Bahia (microrregião de Serninha)

Fonte: Amaral et al (1997, p. 90).

O apoio a essas experiências micro-creditícias provinham quase que exclusivamente de organismos internacionais. Porém nos últimos anos, os programas de microcrédito passaram a contar com apoio de instituições brasileiras, principalmente de governos estaduais e municipais

(caso do PORTOSOL, da Caixa do Povo, da ORGAPE, do CrediAmigo, do SEBRAE). Em todos os casos citados até agora, o capital inicial segundo Neri (2008) tem sido feito por instituições internacionais ou órgãos governamentais.

O acesso ao crédito dessas instituições microfinanceiras para a obtenção do capital inicial é feita através de bancos comerciais, órgãos internacionais ou empréstimos governamentais. Podemos citar o exemplo catarinense, que será tratado mais profundamente nas próximas seções, do qual as agências de microcrédito buscam em sua maioria seus recursos em uma agência de fomento, o BADESC (BADESC 2011).

Segundo Amaral et al (1997, p.91), o Brasil possui uma característica distinta dos outros países “as instituições e programas de crédito popular não possuem mecanismos de captação de recursos junto a seus usuários”, uma por questões legais e outra por questões metodológicas.

É por suas particularidades regionais, econômicas e pela orientação institucional que se criam o perfil de cada colaborador atendido. Podem na mesma região ter o foco em microempresas ou em trabalhadores informais. “Assim, enquanto a clientela do PORTOSOL é constituída majoritariamente por microempresas formais, os usuários dos programas localizados no Nordeste (aonde a presença do setor informal é bem mais expressiva) são, na sua grande maioria, empreendedores informais ou trabalhadores autônomos” (AMARAL *et al*, 1997, p. 92)

É característico das instituições microfinanceiras brasileiras cederem crédito e ao mesmo tempo capacitação gerencial, desenvolvimento de outras modalidades e apoio na comercialização, seguindo a característica inicial do projeto piloto de Yunus em Bangladesh. O CrediAmigo é um programa que fornece esses tipos de serviços, o PORTOSOL e Caixa do Povo, fornecem apenas financiamento.

A união de diferentes abordagens de ações, na mesma instituição nem sempre tem ocorrido de forma satisfatória e equilibrada. Um exemplo desta situação é a CEAPes, que possui como sua atividade principal é o financiamento, deixa de se explorar as outras atividades, passando-as como secundárias. O contrário também ocorre quando as atividades de capacitação administrativas passam a possuir um papel mais importante do que o desenvolvimento da área creditícia.

Para Amaral *et al* (1997, p.91):

Aparentemente, esses desequilíbrios revelam as dificuldades encontradas pelas instituições “multifuncionais” em compatibilizar, no interior de uma mesma estrutura, as diferentes dinâmicas operacionais e formas de relacionamento com os usuários,

requeridas por cada linha de ação. A superação desses problemas irá provavelmente demandar a formação de unidades operacionais autônomas, dotadas de recursos humanos e técnicos próprios e dedicadas a linhas específicas de atuação (o que, em alguns casos, pode implicar no surgimento de novas instâncias institucionais).

Para tanto exige uma necessidade de gestão e regulamentação por parte, não só das instituições, mas também do Governo.

3.4 REGULAMENTAÇÕES DAS AÇÕES MICROFINANCEIRAS

O sistema financeiro é um sistema de redes diferenciadas, isso o caracteriza como “especial” e conseqüentemente carente de regulamentação cuidadosa. Ele assume um papel principal entre as relações financeiras, pois permeia toda atividade econômica moderna. Os integrantes que fazem com que essa rede seja conectada são os Bancos, que multiplicam a moeda; custeiam a poupança nacional e alocam o crédito de acordo com a demanda (MARTINS, 2002).

O sistema financeiro tem papel importante no desenvolvimento econômico de qualquer país e possui a capacidade de saber sempre mais sobre suas capacidades do que as reais intenções do depositante, causando assimetria de informações. Para controlar as más intenções perante os depositantes, as instituições reguladoras do Sistema Financeiro Brasileiro criam regras para controlar as atividades financeiras. Os três objetivos na regulamentação, segundo Martins (2002), estão em: garantir a livre concorrência; proteger os clientes/consumidores e reduzir a quebra generalizada dos bancos.

As atividades microfinanceiras possuem pouco peso no todo do sistema financeiro (MARTINS, 2002), visto que o seu impacto está no efeito “sub-sistêmico” nas relações do seu segmento. Para não ocorrer corriqueiras crises de liquidez que se espalhariam para os outros setores, houve a necessidade da regulamentação desse tipo de atividade.

Para tanto, estas atividades estavam regulamentadas pela lei 9.790 de 1999, que foi um marco para o as micro-finanças, porém muito limitada, pois não definia muito as capacidades e limitações desse tipo de instituição. Houve algumas vantagens e desvantagem nessa regulamentação, as vantagens seriam que as Instituições Microfinanceiras (IMFs) teriam escopo

limitado em contrapartida a baixos limites mínimos de patrimônio, porém limitaria as funções que a entidade de micro-finanças pode desenvolver; cria uma ligação entre os setores formal e informal, porém desincentiva a entrada de Bancos Comerciais no segmento de microfinanças; e claramente com a regulamentação das atividades microfinanceiras, há uma maior visibilidade para as IMFs.

Segundo Martins em Regulamentação das Micro-finanças,

Não existe no Brasil um corpo de regras específico e unificado sobre micro-finanças e tampouco há consenso quanto à regularidade da atuação em micro-finanças e de entidades que não sejam instituições financeiras. Há quem entenda que as restrições impostas pela lei n 10.194, de 14.02.2001, que criou as SCMs, e pela regulamentação complementar tivesse por fim “enquadrar” as micro-finanças de forma intencionalmente restritiva, trazendo-as para a esfera de supervisão do BACEN. A autorização explícita de que Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que desenvolvem atividades de crédito sejam controladoras de SCMs sem menção à atuação das próprias OSCIPs como IMFs pode ser vista como uma indicação de que esse papel caiba exclusivamente às SCMs, devendo as OSCIPs transferir-lhes suas operações. (MARTINS, 2002, p. 70).

A lei nº10. 194 de 2001 classifica as formas de atuações das IMFs em,

- sem fins lucrativos:

peças jurídicas de direito privado (ONG), sujeitas a restrições quanto aos juros praticados (máximo de 12% a.a.); fundos públicos estaduais ou municipais (bancos do povo), administrados por autarquias, departamentos ou outras formas previstas em lei, também sujeitas a restrições quanto aos juros (máximo de 12% a.a.); Oscips, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, devidamente registradas no Ministério da Justiça, não sujeitas a restrições quanto a estipulações usuárias (taxas de juros livres);

-com objetivo de lucro:

SCM autorizada pelo Banco Central, controlada por qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive instituição financeira privada e Oscip; diretamente, por intermédio de qualquer instituição financeira que trabalhe com oferta de crédito junto ao público, inclusive sob a forma de departamento ou carteira especializada. (SOARES, 2008, p. 141).

Porém como relata o mesmo autor, a Medida Provisória n 2.172-32, de 23.08.2001 que determinou a nulidade das taxas de juros acima dos limites dos contratos civis, dispensando dessa regra então não só as SCMs, mas também as OSCIPs, que poderá ser interpretada que uma OSCIPs poderá operar como uma IMFs.

A operação da SCMs fica a cargo da OSCIPs, tendo uma leve diferenciação entre elas.

Espera-se, dessa forma, criar as condições para que a Oscip controladora continue atuando nas camadas mais carentes, enquanto sua SCM controlada busca nichos de

microcrédito com maior rentabilidade, democratizando o lucro da empresa comercial. (SOARES, 2008 p. 142).

Já que as SCMs visam o lucro, há a necessidade de haver uma maior regulamentação por parte do Governo, visto que o objetivo do microcrédito não pode se perder, que é o aumento da oferta de crédito para a população de baixa renda.

As SCM, Sociedades de Crédito ao Micro-empendedor, são uma tentativa de especializar as micro-finanças no Brasil, advinda da Medida Provisória 1.894-24 de 1999, reeditada em 2001, como lei 10.194/01. Essa lei visa regular as atividades financeiras em financiamento ao micro-empendedor; colocar as SCM como reguladas pelo Conselho Monetário Nacional, pois as mesmas são impedidas de captar recursos junto ao público, emitir valores mobiliários e títulos. (MARTINS, 2002).

Segundo (SOARES, 2008, p. 134):

As IMFs brasileiras reguladas, então denominadas Sociedades de Crédito ao Micro-empendedor (SCMs), foram criadas pela Medida Provisória nº 1.894-24, de 23 de novembro de 1999, com o objeto social exclusivo de conceder financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor.

A importância da Lei está em o Governo desejar a especialização e capacitação dessas instituições microfinanceiras, fortalecendo-as sem benefícios ou incentivos oficiais, deixando a sua iniciativa e sustentação ao setor privado. Por ser a primeira regulamentação do setor ainda está longe de ser satisfatório (MARTINS, 2002), visto que está previsto além da permissão ao financiamento, a permissão de prestação de serviços para outras instituições e ainda o aumento do valor máximo do crédito ao micro-empendedor para valores superiores de R\$15.000,00.

Para essas instituições é vedada a utilização da denominação “banco” e não podem ser controladas pelo poder público. Seus produtos por sua vez, ficam limitados a concessão de financiamento e/ou a prestação de garantias ao micro-empendedor ou microempresa. Fica autorizado pelo governo a aplicação da disponibilidade no mercado financeiro, até mesmo depósitos a prazo, bem como a cessão de créditos.

Segundo (SOARES, 2008, p. 136),

Aberto o caminho para mais um avanço regulamentar, pavimentado pelo bom desempenho das SCM o CMN, atendendo reivindicações de entidade de classe e com base em análises dos setores técnicos do BCB, expediu a Resolução nº 3.567, em 29 de maio de 2008(...)

As principais resoluções foram o aumento do empréstimo passa a ter um teto de até 5% do patrimônio líquido da SCMs; de que as mesmas continuaram sendo coordenadas por uma OSCIPs; e principalmente as SCMs devem prestar informações ao Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR).

A situação das SCMs até 2007 era promissora possuindo 53 instituições pelo Brasil, concentradas mais na região sudeste, sendo que no ano de 2000 eram apenas 11 instituições (SOARES 2008). Suas operações atuais estão em torno de R\$ 55 milhões, sendo que em 200 estava em torno de R\$1 milhão.

Como nos relata Soares (2008), o impacto que as SCMs está tendo na sociedade de baixa renda está sendo baixo, já que a mesma é capaz de gerar lucro, tornando-os as suas operações mais seletas e distorcidas do objetivo inicial, porém isso se deve a participação privada na constituições desse tipo de instituição.

3.5 APOIO FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

Mesmo regulamentando as ações microfinanceiras, ainda é necessário o apoio financeiro para o real estímulo dessa atividade. Para tanto desde o ano de 1996 o BNDES vem apoiando o crédito produtivo orientado, com o objetivo de formar uma indústria de micro-finanças no Brasil, ofertando *funding* para os agentes de primeira e segunda linha de microcrédito.

Pelo site do (BNDES 2011),

Em junho de 2003, o PCPP foi substituído pelo Programa de Microcrédito (PM), o qual vigorou por dois anos. Em março de 2005, após dois anos de articulação intra-governamental, foi instituído o atual Programa de Microcrédito do BNDES (PMC) que buscava um maior alinhamento às diretrizes de atuação governamental estabelecida no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que foi instituído em 25 de abril de 2005, por meio da Lei 11.110.

O PNMPO tem por função executar três objetivos gerais, primeiro é disponibilizar recursos para as instituições que promovem o microcrédito produtivo orientado, ou seja, IMFs que além de fornecer microcrédito, possuem um apoio para o desenvolvimento do trabalho dos seus clientes. O segundo objetivo é incentivar a promoção do trabalho e da renda entre os micro-empresendedores e o terceiro está em ofertar apoio operacional as IMFs para que dessa forma elas

possuam progredir e alcançar o maior número possível da demanda esperada pelo governo, ocasionando um fortalecimento institucional.

Com o intuito de subsidiar o programa e supervisionar a implementação foi criado “Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.” (MTE 2011). A disponibilidade do recurso vem de uma linha especial de depósito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); R\$200 milhões e também pela determinação do Conselho Monetário Nacional a,

(...) destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para a aplicação em operações de microcrédito, entendendo-o como qualquer operação de crédito de pequeno valor com destinação para diferentes finalidades. Esta última também chamada de exigibilidade apresentou um saldo médio disponível de mais de R\$ 2 bilhões dos quais R\$216 milhões estavam aplicados em micro-empresendimentos e R\$825 milhões em consumo (fev./07). (PEREIRA, 2007, p. 5).

Dessa forma o governo assume a função de intermediação, entre instituições de microcrédito, os operadores dos recursos públicos e privados; conjuntamente entre os bancos promovendo um fluxo regular de recursos através de operações de repasse e mandato. Mantendo assim a disponibilidade de recursos na promoção ao microcrédito.

Segundo Pereira (2007) as instituições que desejam participar do programa podem se habilitar através do site do Ministério do Trabalho, visto que em 2005 o governo terminou o ano com mais de cinquenta instituições do microcrédito habilitadas, mostrando uma progressão de participação anual de mais de 200%. O governo aponta que a produtividade média muito abaixo dos índices internacionais, porém demonstra otimismo em relatar que “há de considerar a grande oportunidade de expansão para as instituições que pretendem ampliar sua participação neste mercado brasileiro.” (PEREIRA, 2007, p.06).

O PNMPO fomenta o desenvolvimento institucional, visualizando como providência necessária para a ampliação do número de instituições habilitadas. Conjuntamente com a melhoria dos serviços prestados, focados nas ações de: promoção do intercâmbio de métodos creditícios; capacitação das áreas operacionais e estímulo para as boas práticas para qualificação dos profissionais; realização de estudos do público em potencial do PNMPO, verificando o perfil de mercado, socioeconômico, desenvolvimento de produtos e serviços.

Segundo Pereira (2007) em 2006 mais de doze projetos foram aprovados para a promoção dessas práticas, melhorando a qualidade das instituições participantes.

O fundo monetário das IMF será constituído pela regulamentação de empréstimos pelo BNDES através de recursos do financiamento do BNDES para o agente repassador também pelos recursos da contrapartida oferecida pelo Agente Repassador e carteiras de aplicações derivadas do BNDES ou do agente repassador. Impondo dessa forma condições à IMF ao beneficiário final de uma taxa de juros de 4% ao mês, uma TAC de 3% sobre o valor do financiamento desejado com a limitação de R\$15 mil reais por beneficiário e deixa por cargo das IMF as condições de prazos e garantias (PEREIRA, 2007). Porém o empréstimo deverá ser feito com destinação para capital de giro e/ou um investimento fixo.

O total de saldo disponível é até,

(...) de R\$ 2 bilhões, no mês de fev./2007, conforme dados do Banco Central, onde havia um saldo de R\$ 216 milhões aplicados em microcrédito produtivo orientado, e considerando os volumes das operações, teremos os bancos públicos – Banco do Nordeste e BNDES, como principais operadores que realizaram os maiores investimentos no setor. Em 2006 foram realizadas 828,8 mil operações de microcrédito produtivo orientado que somaram R\$ 831,8 milhões de reais, 75% das concessões realizaram-se na região nordeste pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e deste total 62% foram captados por mulheres. (PEREIRA, 2007, p. 12).

Segundo o site do BNDES (2011) até 2009 foram desembolsados mais de R\$95 milhões, somando 40 operações destinadas para essa carteira de microcrédito. Para agilizar as operações, a instituição governamental está sempre procurando meios de garantir a perenidade dos recursos, assim criando em 2010 “em substituição ao PMC, o Programa BNDES Microcrédito com dotação de R\$ 250 milhões.” (BNDES, 2011).

Para Barone *et al* (2002), é indispensável que as instituições brasileiras de Microcrédito possuam ganhos de escala, para que dessa forma haja uma redução de custos e eficiência na prestação dos serviços. Para tanto, a oferta de microcrédito deve ser ampliada, conjuntamente com uma melhora da produtividade e índices de inadimplência menores, que no caso presente é o desafio atual no PNMPO. O Brasil apresenta resultados positivos no que se refere a uma melhora do nível de renda da população pobre, bem como uma evolução nos níveis de ativos dos micro-empresendimentos nacionais (SEBRAE 2011).

3.6 INCLUSÃO FINANCEIRA

Através do Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central (2010), vê-se o panorama do Sistema Financeiro Nacional da perspectiva da inclusão financeira. Dessa forma, para o Governo a Inclusão Financeira é “prover acesso a serviços e produtos financeiros *adequados* às necessidades da população.” (BACEN, 2010, p.18).

O Órgão Público buscou dados que comprovassem que nem todos os produtos financeiros disponíveis no mercado, são acessíveis e compatíveis com a realidade de cada brasileiro, gerando uma exclusão por si só. Por sua vez, a inclusão financeira irá contribuir para a melhoria da qualidade de vida, fortalecer os agentes econômicos e o relacionamento com a população. Visto que a inclusão financeira é requisito para a estabilidade financeira no longo prazo (BACEN, 2010), dado que o incluído vê as novas possibilidades de acesso ao sistema, seja com microcrédito ou contas correntes adaptadas a realidade sócio-econômica.

Uma inclusão feita de forma eficiente pode proporcionar ferramentas de combate à pobreza por meio de dois mecanismos que estão diretamente relacionados “o desenvolvimento da indústria financeira, que permite fomentar o crescimento econômico, e o aumento da qualidade de vida da população, a partir do atendimento às demandas por serviços financeiros adequados.” (BACEN, 2010, p. 19).

O desenvolvimento da indústria financeira é feito através de uma expansão de regiões inexploradas, como o caso da região Nordeste onde até a década de 90 a população de baixa renda não possuía acesso ao crédito (Neri 2008) e que com o advento do CrediAmigo pode suprir essa demanda congelada. Dessa forma, abrem-se oportunidades de novos projetos e novas agências se instalem, criando novos produtos e inovando com o setor periférico.

O aumento da qualidade de vida é feito, justamente pela expansão de novos projetos de crédito e outros produtos financeiros que permitem aos brasileiros acessarem os serviços de forma livre e acessível, proporcionando uma maior liberdade financeira entre os agentes e uma possibilidade de geração de emprego, através da disseminação do microcrédito para micro-empresendedores.

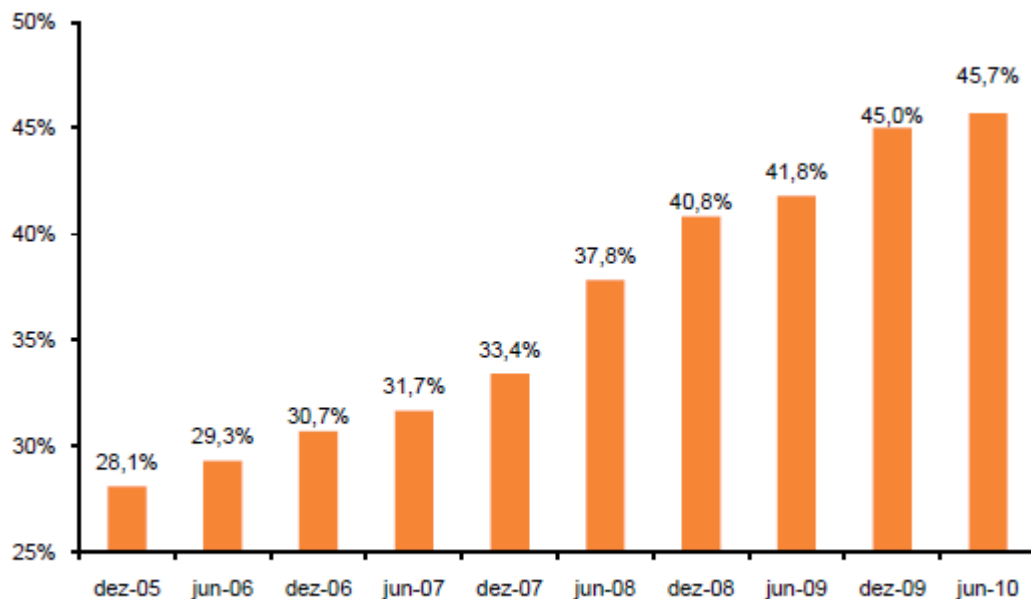
Para tanto o BACEN tomou a iniciativa de não tornar a inclusão financeira, como um elemento dado, mas como estágios que devem ser alcançados, que possa contribuir para a

qualidade de vida do cidadão, mas que seja algo sustentável. Assim “a formulação de políticas voltadas à promoção da inclusão financeira deve ter em vista alguns elementos-chave, como a regulação, a educação financeira e a proteção ao consumidor (CNBV, 2010).” (BACEN, 2010, p. 20).

Com a estabilização financeira a partir do Plano Real e a abertura comercial brasileira o ambiente macroeconômico mudou as suas características operacionais, ou seja, houve um aumento da intermediação financeira e maior concorrência entre as instituições. Isto foi conseqüência de que as instituições financeiras se viram incapazes de lucrarem por causa da instabilidade inflacionária, *floating*, como até esse momento (PEREIRA, 2007).

Dessa forma as instituições tiveram que buscar inovações creditícias frente a sua receita, aumentando suas bases de clientes, juntamente com uma maior prestação de serviços e operações de crédito (BACEN, 2010), caso contrário as organizações não sobreviveriam diante da economia globalizada que o país estava tentando buscar.

Gráfico 01: Comportamento das Relações de Crédito em Relação ao PIB.



Fonte: BCB/Depec

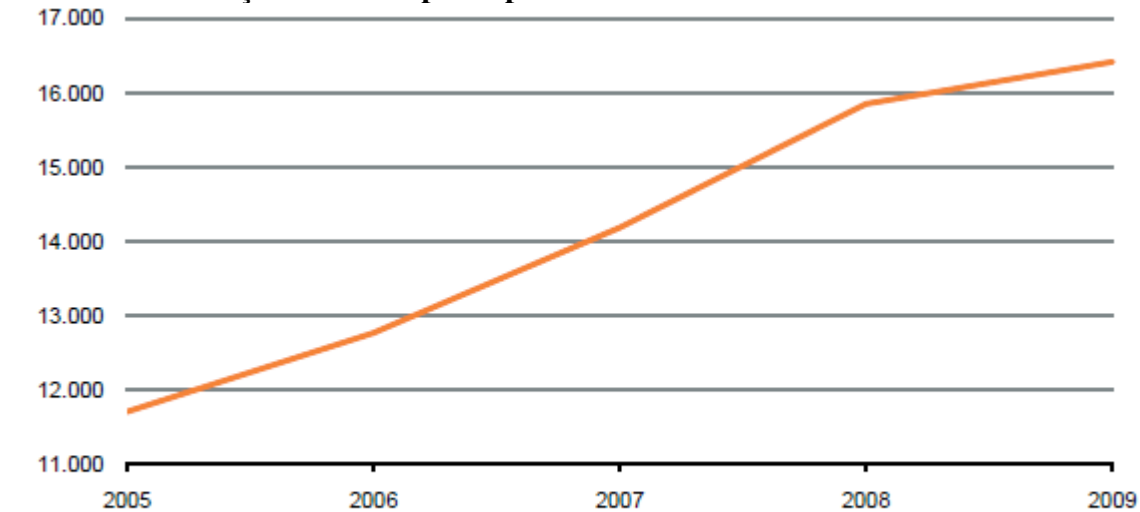
Fonte: BACEN (2010, p.73).

O crescimento do crédito foi devido a novas estratégias que as instituições bancárias tiveram, reduzindo as aplicações em valores mobiliários e em aplicações em título, conjuntamente aumentando as operações de crédito (BACEN, 2011). Portanto como mostra o

Gráfico 01, o crédito pode crescer em relação ao PIB. Tendo em vista que o PIB vem crescendo desde 1994, podendo ser vislumbrado a disponibilidade do crédito que vem crescendo tão mais do que a porcentagem de crescimento do PIB.

Seguindo o crescimento do PIB, houve conseqüentemente um crescimento da renda *per capita*, no mesmo período entre 2005 a 2009. O gráfico do Banco Central mostra essa realidade:

Gráfico 02: Evolução de renda per capita.

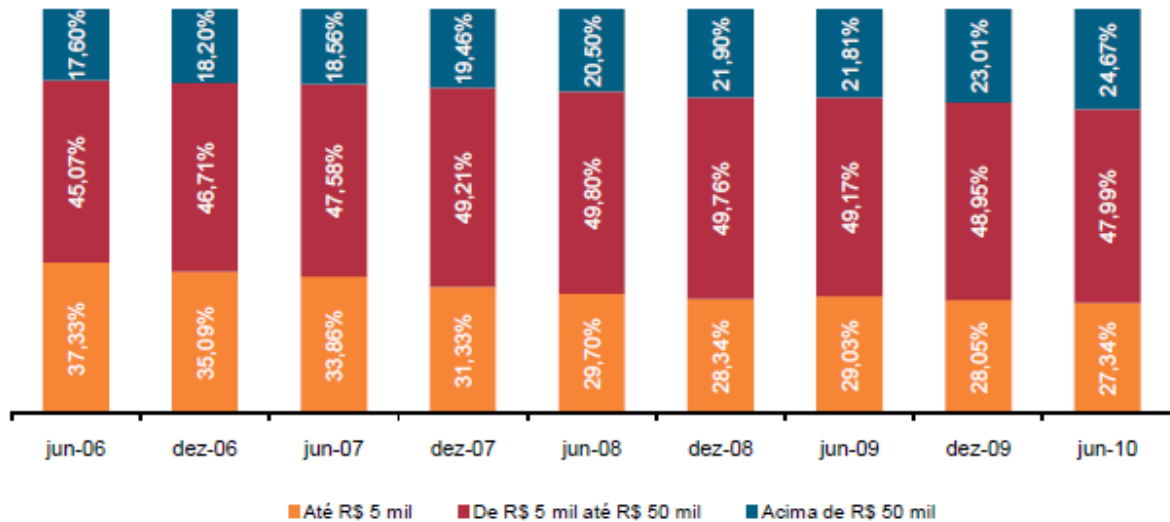


Fontes: BCB/Depec e IBGE/DPE/COPIIS
* Em valores correntes.

Fonte: BACEN (2010, p.74).

Em conjunto com o crescimento da renda per capita e a evolução do PIB, os dados do Banco Central apresentam uma distribuição de crédito entre pessoas físicas por faixas de valores, apresentam uma maior concentração ao longo do tempo entre valores intermediário (entre R\$ 5 mil à R\$50 mil), mostrando que também ao longo do tempo o brasileiro tem dado uma maior atenção aos empréstimos de valores maiores, justificando o crescimento de financiamento de casas e veículos.

Gráfico 03: Distribuição de crédito por valores em porcentagem.



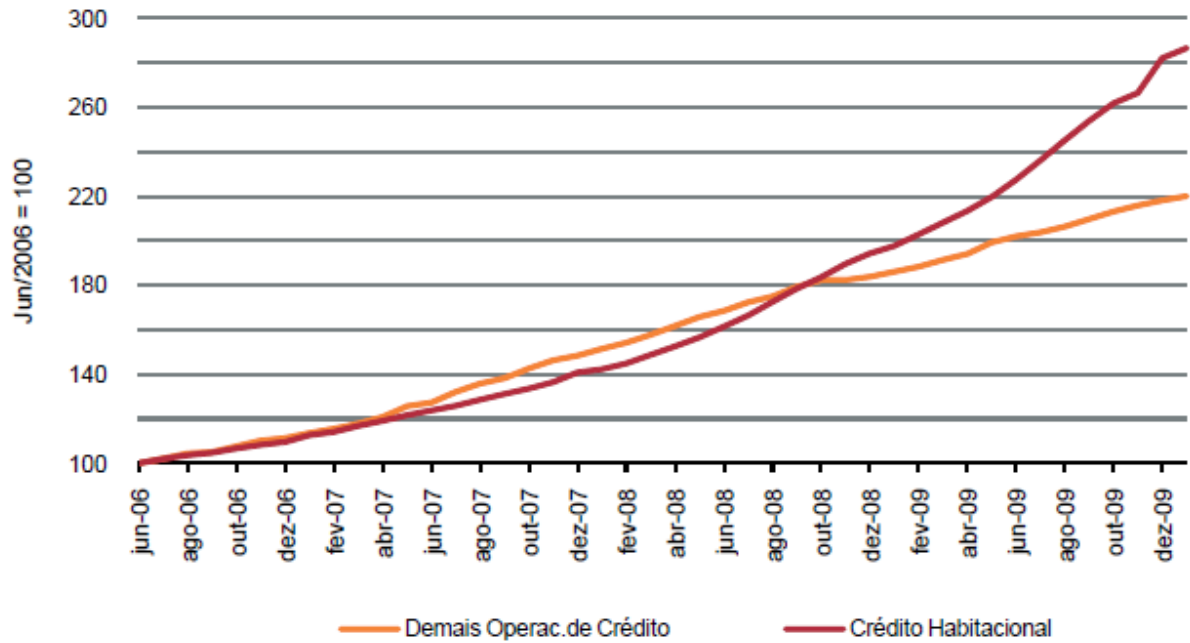
Fonte: BCB/ISCR

Fonte: BACEN (2010, p.75).

Ao analisar o conjunto dos últimos três gráficos podemos conectá-los ao perceber que o volume de crédito aumentou e que mesmo diante da variação da quantidade emprestada, o volume é maior do que nos anos anteriores, dado ao incentivo creditício que a economia brasileira tem fornecendo as instituições bancárias (BACEN, 2011).

Seguindo essa progressão do crédito o próximo gráfico impacta na evolução do crédito por pessoa física em milhões. Destaque ao crédito habitacional favorecido pelo programa governamental “Minha Casa Minha Vida” que alavancou a demanda de empréstimos habitacionais, porém percebe-se um aumento progressivo dos demais créditos, citando aqui como exemplo o microcrédito.

Gráfico 04: Volume de Crédito para pessoas físicas – Evolução Percentual Acumulada.

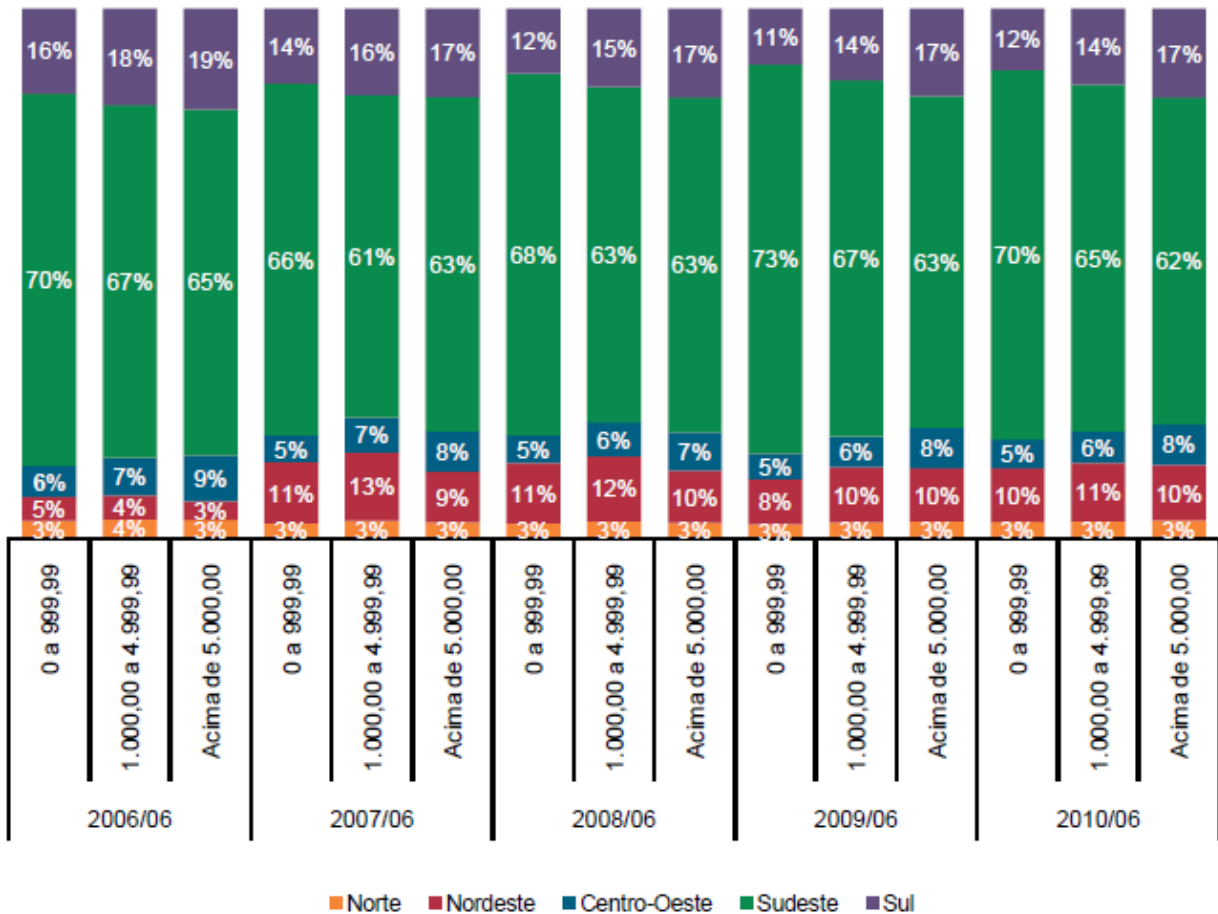


Fonte: BCB/Depec

Fonte: BACEN (2010, p.75).

Para a demonstração de que os empréstimos de menores valores têm sido mais usados, principalmente melhor distribuídos, o gráfico 05 traz uma visão regional da distribuição do microcrédito no Brasil em porcentagem de operações.

Gráfico 05: Quantidade de operações por Região.



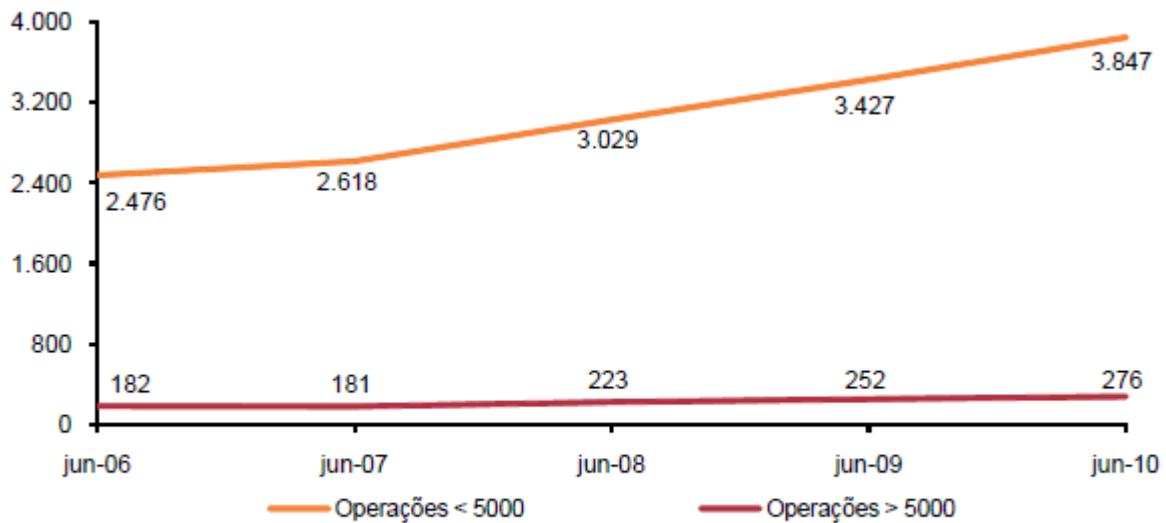
Fonte: BCB/SCR

Fonte: BACEN (2010, p.76).

A região Nordeste foi destaque nos anos de 2006 e 2007 pelo o aumento em volume do microcrédito oferecido de 5% para 11% em empréstimos até R\$999,00 e de 4% para 13% em valores de até R\$ 4.999, 00. Com esse aumento, o gráfico se tornou melhor distribuído em comparação a 2006, mesmo que ainda haja uma concentração na região sudeste.

O volume de operações menores também cresceu, passando de quase 2,5 para 4 em operações para cada mil brasileiros mensalmente com transações inferiores à R\$5.000,00.

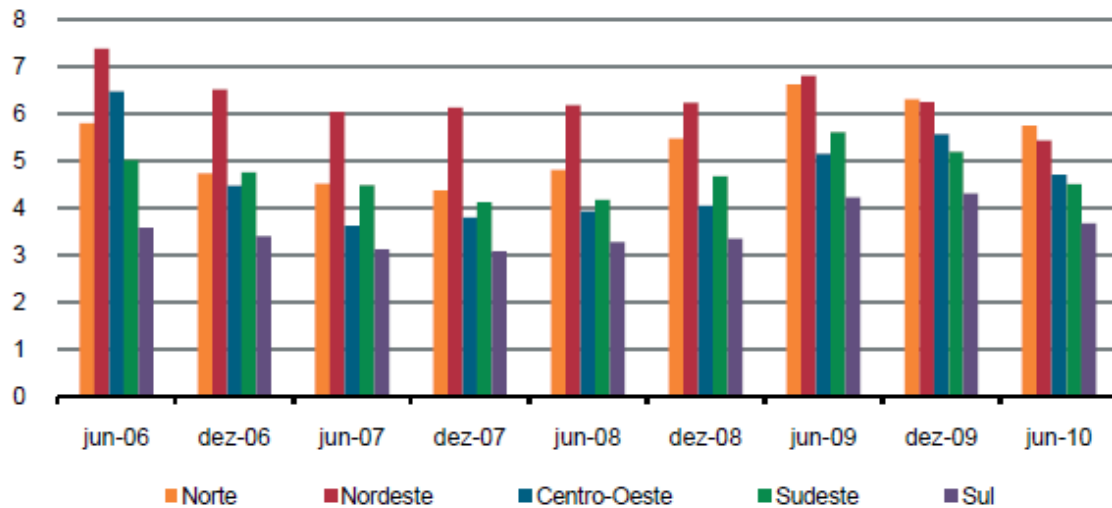
Gráfico 06: Quantidade de operações de crédito para mil adulto



* Média mensal no semestre.
Fontes: BCB/SRC e IBGE/DPE/COPIS

Fonte: BACEN (2010, p.76).

Um cuidado necessário nas verificações de crédito é compará-la com a inadimplência, já que a mesma tem um impacto negativo na oferta de crédito (BACEN, 2011). Após a crise financeira mundial de 2008 houve um aumento da inadimplência, mas se recuperando rapidamente no ano seguinte. A região nordeste volta a ser destaque, dado que passou a ter um nível de inadimplência inferior a da região do Norte, mostrando uma evolução não somente em volume maior de operações (Gráfico 05), mas tem uma inadimplência menor.

Gráfico 07: Inadimplência por região.

Fonte: BCB/SGS

Fonte: BACEN (2010, p.77).

Para Hermann (2005), o apontamento da inadimplência brasileira tem uma ligação com o baixo número de atendimentos em relação aos outros países. Deixando dessa forma apontamentos para que haja mais economias de escalas, para que os custos das operações, bem como os custos da manutenção de uma IMF sejam viáveis.

A taxa de inadimplência é considerada alta, dado a peculiaridade que a economia brasileira possui como, por exemplo, o baixo crescimento do PIB ou as altas taxas de juros. É difícil segundo Neri (2008) encontrar instituições que se valham de usar de taxas de juros subsidiadas para empréstimos de microcrédito, o comum é a oferta das taxas de mercado para as suas operações, tornando a ação cara, mesmo nas condições de “crédito de confiança” que é aplicado. Essa elevada taxa de juros de mercado inibe o crescimento da demanda, fazendo com que as IMFs não possam tirar proveito estrategicamente das economias de escala, fator redutor de custos.

4.MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA

Foi no final da década de 1990 que o Governo do Estado se comprometeu com a proposta de instituir o “Crédito de Confiança”, o modelo de microcrédito baseado na confiança entre as instituições e os tomadores de empréstimo, inicialmente operacionalizada através de ONG, porém estruturada com o apoio do Governo do Estado e Governo Federal, demonstrando uma tendência desenvolvimentista sustentável por parte do estado catarinense (VECCHIETTI, 2006).

Dessa forma o BADESC ficaria responsável pela administração do programa, que hoje conta com 19 instituições (BADESC, 2011). Os compromissos do programa eram segundo Sachet (2001):

- Concessão de avalistas, em financiamentos feitos pelo Crédito de Confiança;
- Concessão de financiamentos micro e pequenas empresas, que apresentem atividade produtiva e que mantenha ou gere força de trabalho;
- Concessão de financiamentos para pessoas físicas, que possuem ou intentem ter negócio próprio, bem como ceder financiamento para capital de giro (compra de ferramentas e equipamentos)

As ações do BADESC (2011) visam promover,

(...) a economia popular por meio da oferta de recursos para as organizações de microcrédito produtivo. O programa harmoniza-se com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado que utiliza essa importante ferramenta como instrumento integrado e complementar às políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento local, através do fortalecimento do auto-emprego e conseqüente geração de renda. Os tomadores de crédito, formais ou informais são atendidos através das organizações de microcrédito que, estrategicamente instaladas, atendem aos 293 municípios catarinenses. Os recursos, que variam de R\$200 a R\$10 mil por operação, são oferecidos através de agentes de microcrédito dessas instituições que visitam os pequenos empreendimentos.

O Estado de Santa Catarina já continha a experiência de microcrédito antes da proposta do governo, do qual entre em destaque duas IMFs, a Blusol e o Banco da Mulher (atualmente Banco da Família) (VECCHIETTI, 2006). A Blusol criada por iniciativa da Prefeitura de Blumenau, já possuía reputação favorável, segundo Sachet (2001) já havia repassado para os

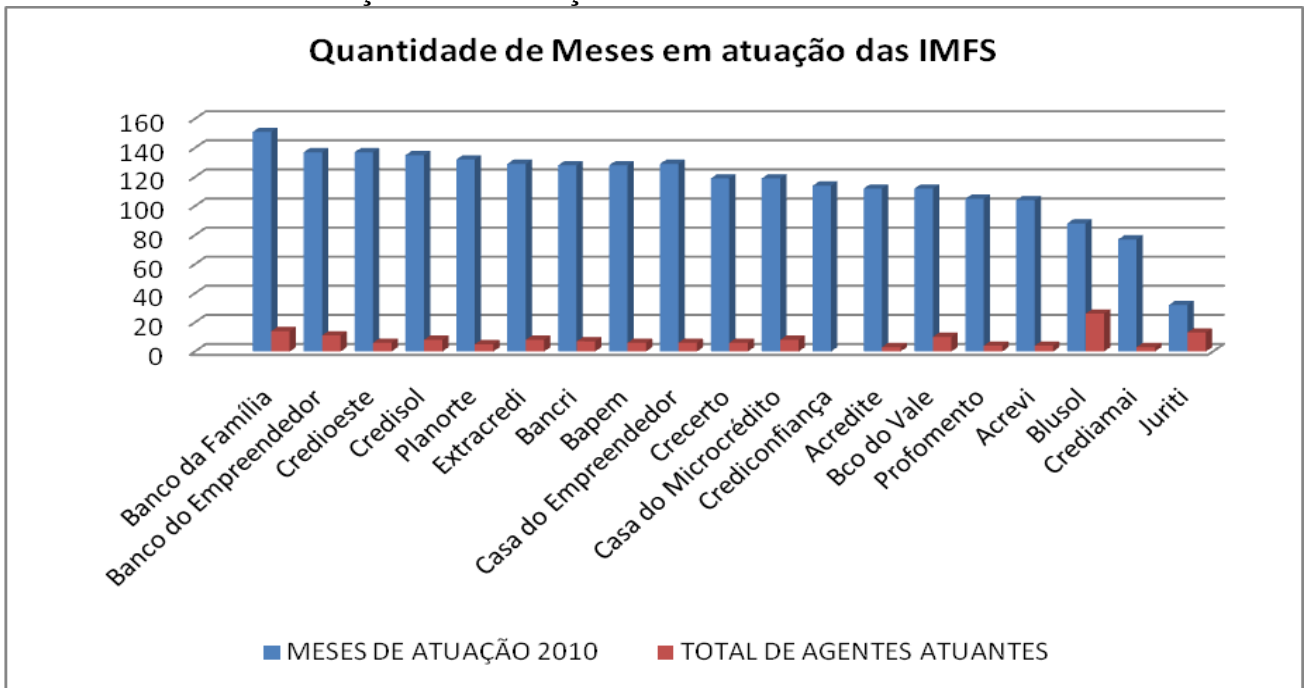
tomadores mais de um milhão de reais e conseguindo dessa forma recursos diretamente do BNDES.

Em Lages o Banco da Mulher foi criado pela Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil), tendo como suporte o Sebrae, com um capital inicial de R\$5 mil emprestado pela mesma instituição sua base de capital inicial teve participação de empresas privadas (R\$120 mil), doações e apoio governamental da Prefeitura Municipal de Lages (R\$20 mil) (SACHET, 2001).

Com experiências favoráveis de microcrédito em Santa Catarina, a expansão da proposta foi automática com o programa do BADESC de incentivos organizacionais, bem como fundos de empréstimos direcionados para o microcrédito (SACHET, 2001).

Atualmente o estado conta com 19 IMFS, contendo em média 115 meses de atuação, se caracterizando, conseqüentemente como um processo muito recente em comparativo com experiências globais. Possui uma média de 8 agentes de crédito no estado. Segue gráfico,

Gráfico 08: Meses de atuação das Instituições



Fonte: BADESC (2010). Elaborado pelo autor

Segundo BADESC (2011) todas as instituições de microcrédito em Santa Catarina abrangem uma área total de quase 95% dos municípios catarinenses, e dependendo da IMF, a mesma pode ter postos de atendimentos em cidades além da sua área.

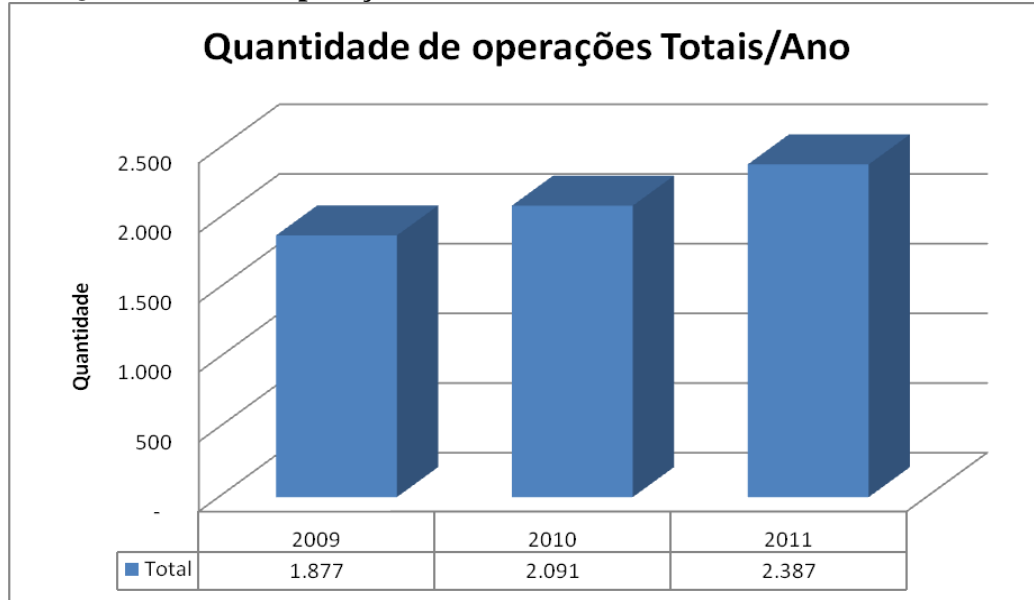
Tabela 03: Organizações e Regiões

ORGANIZAÇÕES	REGIÃO DE ATUAÇÃO
Banco da Família	Lages
Banco do Empreendedor	Florianópolis
Credioeste	Chapecó
Credisol	Criciúma
Planorte	Canoinhas
Extracredi	São Miguel do Oeste
Bancri	Itajaí
Bapem	Caçador
Casa do Empreendedor	Joinville
Crecerto	Concórdia
Casa do Microcrédito	Tubarão
Crediconfiança	São José
Acredite	Rio do Sul
Bco do Vale	Blumenau
Profomento	Brusque
Acrevi	Jaraguá do Sul
Blusol	Blumenau
Crediamai	Xanxerê
Juriti	Jaraguá do Sul

Fonte: Dados BADESC (2011). Elaborado pelo autor.

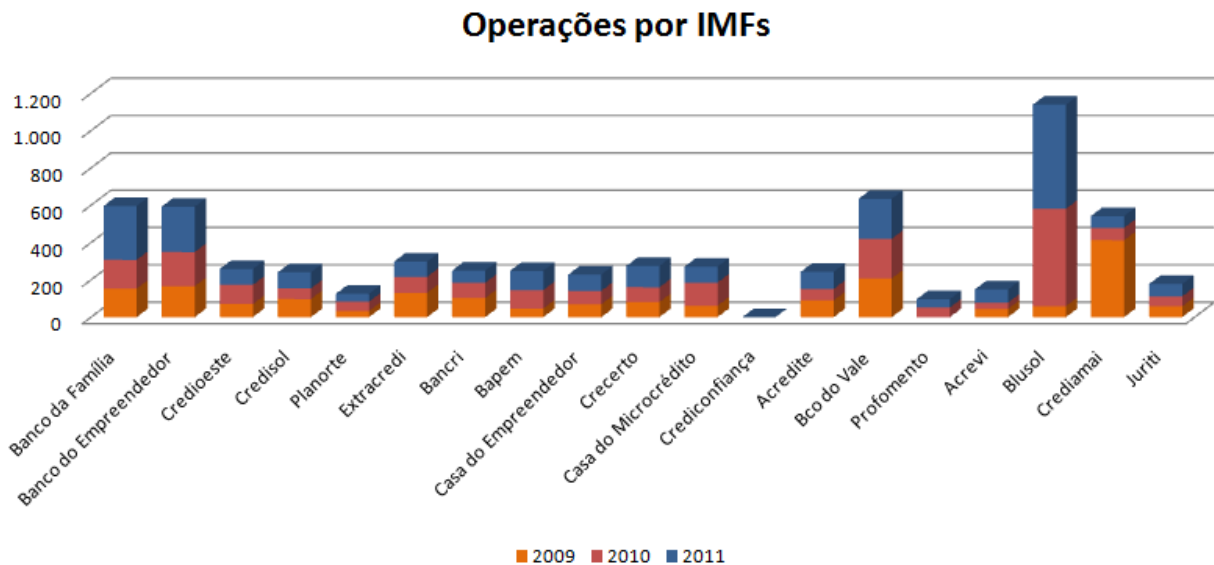
Os dados extraídos abaixo são de relatórios mensais que o BADESC divulga sobre a consolidação dos dados, como número de operações de empréstimos feitas por cada IMFs, bem como os empregos gerados ou a inadimplência das instituições. Porém como o controle feito é muito recente, o acompanhamento anual acaba ficando deficitário, mas não por isso menos visível a expressividade que a atuação do microcrédito tem em Santa Catarina. A análise ficará restrita para os anos de 2009, 2010 e 2011 com os dados consolidados mensalmente. Então seguirá a ordem para os meses: março/2009, julho/2010 e abril/2011.

No ano de 2009 em um único mês, o BADESC finalizou com um total de empréstimos cedidos de 1.877, já em 2011 o número foi para 2.387, aumento de 27,17% no número de operações. Abaixo segue o número de empréstimos totais.

Gráfico 09: Quantidade de Operações

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

Abaixo segue o número de empréstimos por IMFs:

Gráfico 10: Quantidade de Operações

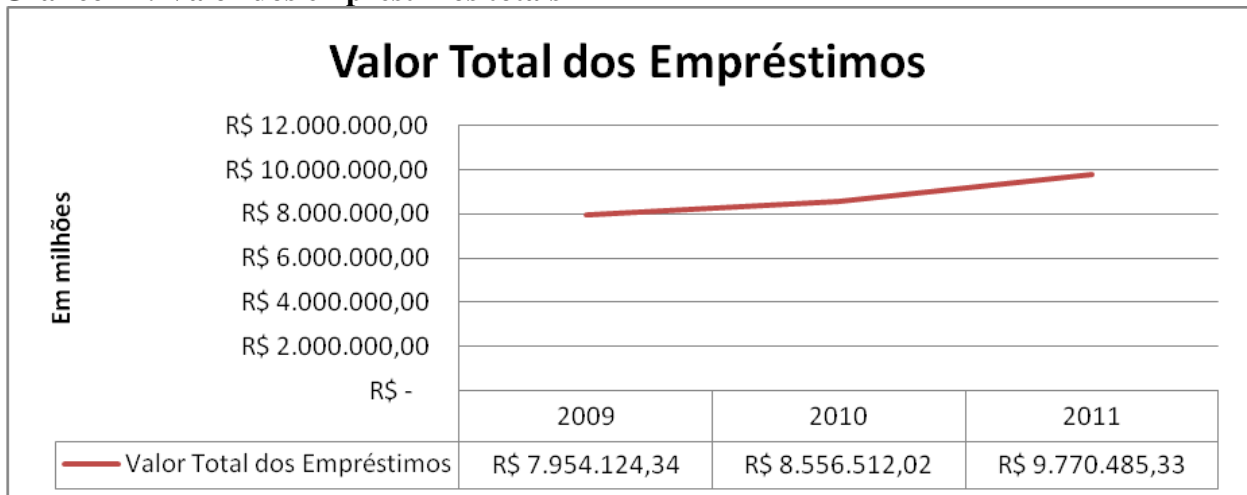
Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

O destaque do Gráfico acima é a quantidade de empréstimos que a Blusol toma em relação às outras IMFs, podendo ser justificado pelo tempo de atuação que a instituição tem.

A evolução também é vista pelo valor dos empréstimos nos anos 2009 até 2011, todos os valores são em milhões de reais. A média de crescimento de um ano para o outro é de 9%,

podendo visualizar dessa forma que com o passar dos anos, a capacidade e o desenvolvimento do negócio próprio, faz com que haja uma maior necessidade capital. Isto considerando que os primeiros empréstimos são realizados em menores valores, e o gradativo aumento do mesmo, para a manutenção do empreendimento.

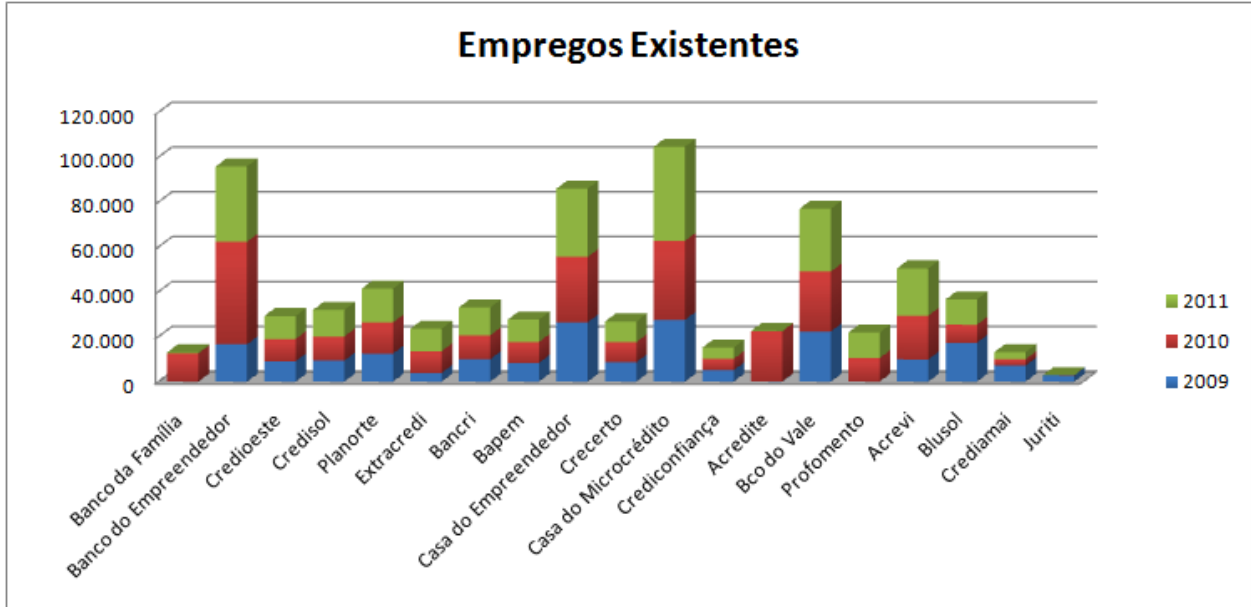
Gráfico 11: Valor dos empréstimos totais



Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

O aumento nos valores pode ser explicado pelo aumento da quantidade emprestada, porém, como relatado acima, a tomada de empréstimos para um empreendimento sempre fica sujeito a uma nova solicitação, para o crescimento de seus negócios (YUNUS, 2001).

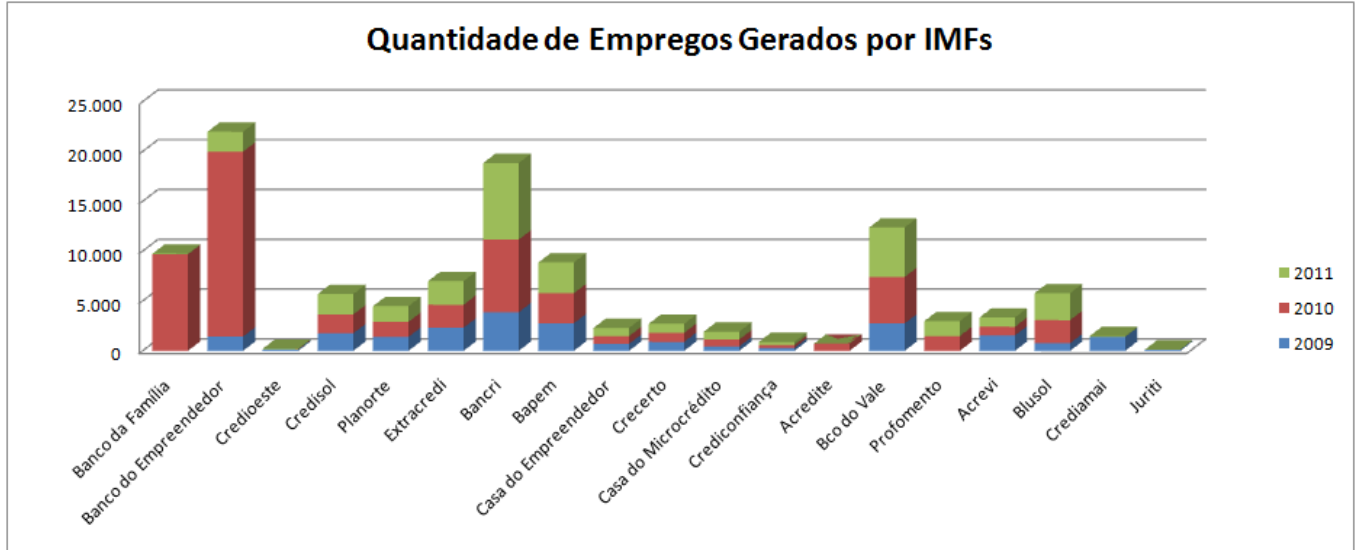
O intuito do governo com os programas de PNMPO é o desenvolvimento do microcrédito, juntamente com a inclusão financeira. Para tanto a manutenção dessas ações são geradas a partir do resultado final, que seria o desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis por partes dos tomadores de empréstimos de baixa renda. Assim as IMFs de Santa Catarina podem ser avaliadas pela geração de empregos que a concessão de seus empréstimos proporcionou, conjuntamente com acompanhamento que as mesmas fazem com os tomadores.

Gráfico 12: Empregos Existentes

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

Por instituição vemos um crescimento acentuado em 2010, devido aos empréstimos oriundos de 2009, possibilitando ver que a Casa do Microcrédito, por exemplo, possui no total mais de 100 mil novos postos de trabalho gerados devido à concessão de microcrédito. Este dado por si só, já é o cumprimento de uma das propostas da PNMPO, o desenvolvimento financeiro do micro-empendedor.

Mesmo vendo os empregos existentes, há uma necessidade de avaliação de quantos empregos foram gerados por ano, já que o Gráfico 11 informa só a totalidade entre os anos, para que dessa forma haja uma percepção maior de como o microcrédito impacta no nível de empregos.

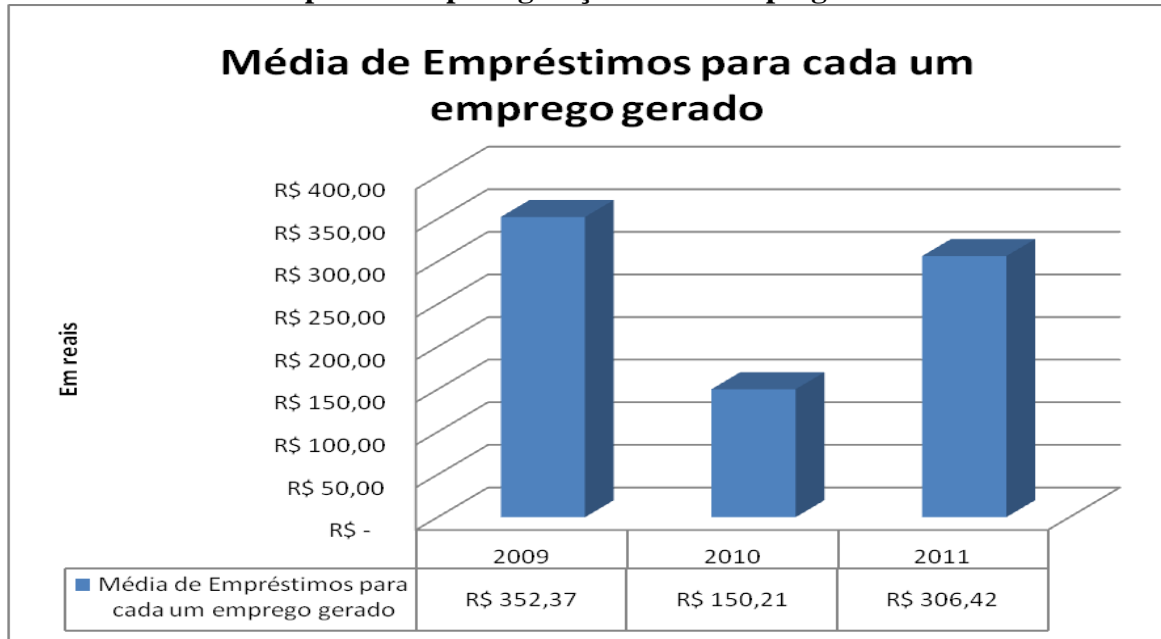
Gráfico 13 – Empregos Gerados

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

O aumento em 2010 no nível gerado de empregos pelo Banco do empreendedor poderá ser explicado, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) (2010), pelo aumento do turismo em Florianópolis nesse ano, fazendo com que serviços e comércios tenham uma procura maior.

Ao juntar informações de Santa Catarina, é possível elaborar um cálculo que informe quantos reais emprestados podem gerar 1 (um) emprego, analisando dessa forma se é muito custoso a geração de um posto de trabalho.

Assim, o próximo gráfico mostra um cálculo do total em reais emprestados pelo BADESC nos anos analisados entre 2009 até 2011, conjuntamente divididos pelo total de empregos gerados nos mesmo anos.

Gráfico 14: Média de Empréstimos para geração de um emprego

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

A análise do gráfico permite a visualização de que os valores tomados para a geração de 1 (um) emprego são muito baixos, mesmo tendo um ano atípico em 2010, que foi a tomada de R\$150,21 para um emprego gerado, que distorça a avaliação. Tem-se que com um valor irrisório de menos de R\$353,00 emprestados gere um emprego, fundamenta a posição de Yunus (2001) de que a oportunidade de emprego é criada a partir que o empréstimo é tomado, basta somente o acompanhamento e o estímulo para que os empregos sejam duradouros e não somente sazonais.

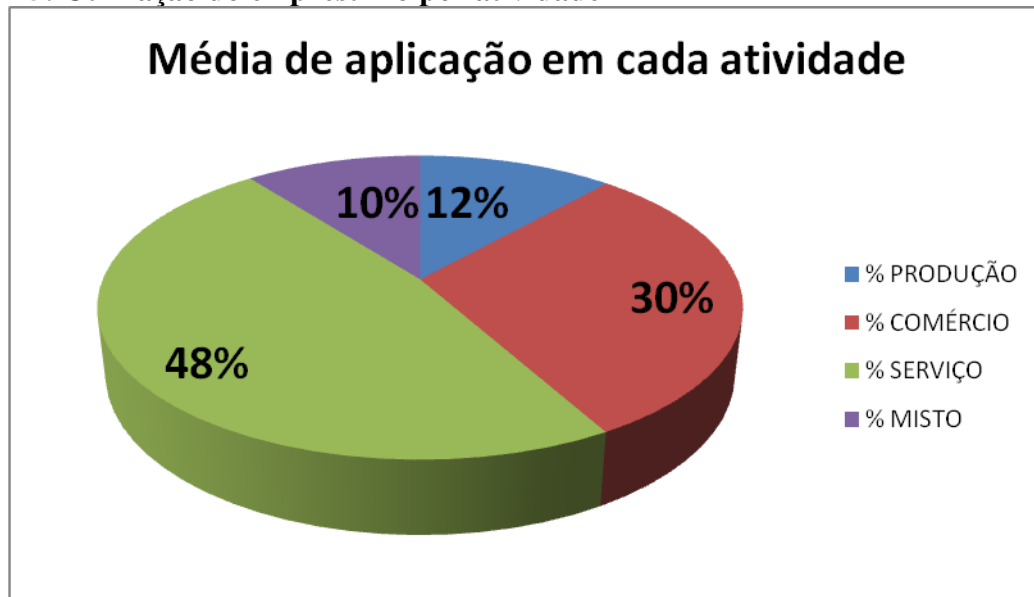
Cabe ao governo, como o programa do PNMPO a maturação das IMFs para a promoção de empregos e tomadas de microcréditos viáveis, combinados com o meio que vive o micro-empendedor com a capacidade do mesmo.

A partir destes dados, podemos visualizar porque os números de empréstimos e os valores solicitados têm aumentado gradativamente ano a ano. Juntamente a razão de o Governo Brasileiro estar dando valorização para o microcrédito, pois além haver uma inclusão financeira, há uma maior participação econômica dos tomadores, um aumento da auto-estima (YUNUS 2001), unidos com a geração de emprego.

A função do microcrédito é o combate a pobreza (YUNUS, 2001), como já citado anteriormente, mesmo apesar de muitas dificuldades, este as IMFs tem conseguido aumentar o número de trabalhadores e proporcionar o ingresso, no caso catarinense uma média de 37 mil pessoas na população ativa economicamente.

É natural, segundo Foschiato (2006), que com a ampliação do microcrédito haver avanço dos postos de trabalho, sobretudo os empregos autônomos, trazendo maiores oportunidades para a população.

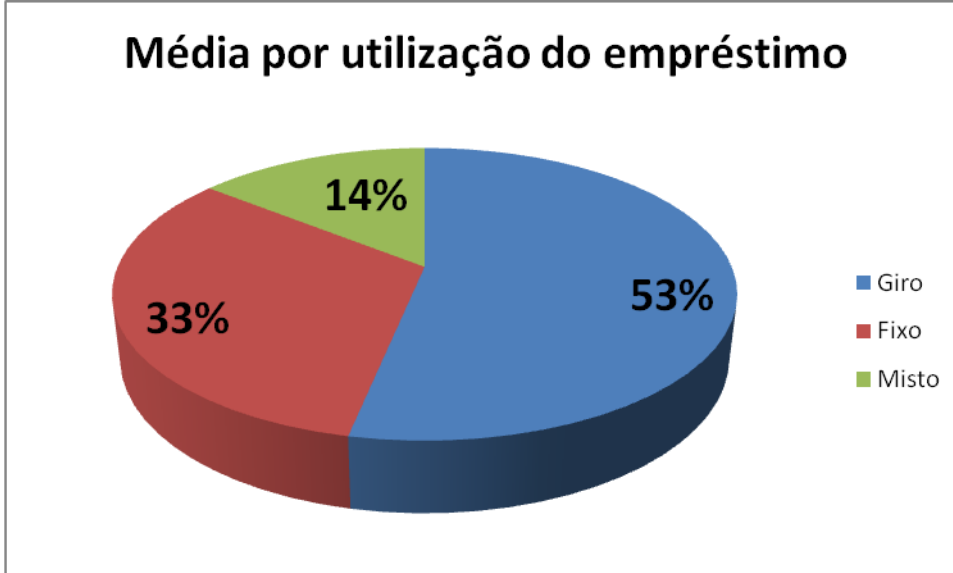
Gráfico 15: Utilização do empréstimo por atividade



Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

A utilização dos empréstimos para serviços (48%) se caracteriza como o mais usado, visto que é o que menos necessita de maiores capitais para a abertura e manutenção do negócio próprio (SEBRAE, 2011). A produção logicamente fica por último (12%), pelo motivo inverso da aplicação em serviços, dado que a produção de qualquer produto necessita um capital muito mais intensivo e demanda muitas vezes muito conhecimento que os tomadores de empréstimos não possuem.

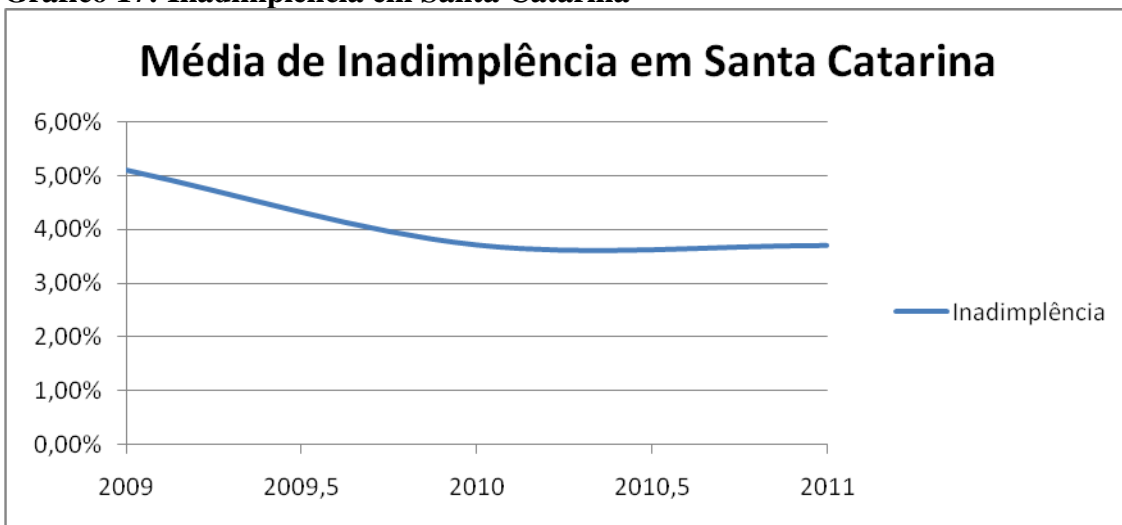
Cabe por parte das IMFs o incentivo para o aumento dessa atividade, já que a relação do trabalho e produção possui uma relação mais longa do que a do serviço, por precisar de conhecimentos específicos, normalmente mais mão de obra e uma escala maior. (CONSTANZI, 2003)

Gráfico 16: Utilização do empréstimo por segmento

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

Uma porcentagem bem grande das aplicações dos empréstimos é destinada para o capital de giro, justificando a aplicação que é para a captação de recursos operacionais.

A forma como a aplicação do recurso será destinado, proporcionará o aumento da produtividade, “como resultado de la creación de mecanismos capaces de favorecer a los pequeños productores y de proporcionar un más rápido acceso a la tecnología y a la información (PNUD,1996)” (FOSCHIATO, 2006, p. 25).

Gráfico 17: Inadimplência em Santa Catarina

Fonte: Dados BADESC (2010). Elaborado pelo autor.

A inadimplência nas instituições que o BADESC supervisiona, já marca algo visto no Gráfico 07, de que Santa Catarina possui taxas menores que 4 % e de que o Estado continua possuindo a menor taxa do Brasil, em comparativo com os outros estados. Podendo ser atribuído esse fato, segundo Sachet (2001), pela cultura local catarinense, que inicialmente foi colonizada por europeus e os mesmo têm o hábito protestante de honrar as suas dívidas.

Os dados de Santa Catarina, fornecidos pelo BADESC só demonstram que os investimentos governamentais em regulamentação das atividades microfinanceiras e no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) estão sendo bem aplicáveis e se comprometem com a proposta de desenvolvimento micro-financeiro do governo federal. Dando razão, dessa forma, ao conceito de Yunus (2001) de que o microcrédito é capaz de mudanças sócio-econômicas reais para uma parcela excluída da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do trabalho é verificar através de literatura e dados disponíveis de como o governo brasileiro apoia o microcrédito nacional e por consequência, o reflexo que essas ações têm sobre o estado de Santa Catarina.

A partir do modelo de Yunus, baseado na confiança no tomador de empréstimos, desburocratização do processo operacional creditício e a aplicação de crédito em valores menores e em parcela acessíveis o sistema financeiro pode alcançar as camadas mais baixas das populações mundiais. Favorecendo dessa forma a inclusão financeira, visto que os mesmos eram considerados *red line* para os bancos tradicionais.

No Brasil a exclusão financeira não foi diferente, já que o início do primeiro banco nacional foi através da corte real portuguesa e posteriormente até aproximadamente a década de 1970/1980 a população de baixa renda não desfrutava de participação no sistema financeiro. Pois nesse intervalo a utilização era feita para a manutenção da oligarquia cafeeira e posteriormente industrial.

A partir da estabilização da econômica na metade da década de 1990 o país pode vivenciar experiências maiores de microcrédito, sem a dependência do capital estrangeiro para o desenvolvimento das IMFs e favorecendo a auto-sustentabilidade das organizações. Em reconhecimento do aumento do fluxo das operações microfinanceiras e também para fornecer apoio a esta atividade o governo federal instituiu leis, lei 9.790/99 e lei 10.194/01, para a regulamentação das IMFs. Transformando as ONGs em OSCIPS e mantendo as SCMs supervisionadas pelo BACEN.

A inclusão financeira é um assunto de destaque para o governo, já que mesmo o Brasil contendo uma das taxas de juros mais altas do mundo o crédito vem se expandindo gradativamente, com porcentagem de 47% em relação ao PIB. Sem negar também, que há a promoção de crédito imobiliário e o microcrédito para o micro-empresário através de órgãos governamentais.

O apoio financeiro dado pelo Brasil é através do BNDES que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que disponibiliza recursos financeiros

para as IMFs tomarem empréstados para a posterior distribuição para a demanda micro-empresarial.

No caso catarinense, é o BADESC que funciona como intermediário entre o BNDES e as instituições regionais, fortalecendo-as e fornecendo não só a ajuda financeira, mas também o apoio operacional, da qual muitas são carentes. Todo o esforço governamental é para que as IMFs atuem de forma auto-sustentável sem a dependência governamental ou de órgãos externos e principalmente o desenvolvimento da população de baixa renda, gerando empregos e criando atividades econômicas.

O presente trabalho buscou demonstrar o papel de buscar como o apoio governamental é dado ao microcrédito. Pois é através de regulamentação das atividades microfinanceiras e pelos empréstimos do BNDES ou agentes de segunda linha que o governo promove esse tipo de crédito. E desmistificando a idéia de que o governo subsidiava as taxas de juros cedidas pelas IMFs, já que o governo não poderia ir contra o lema do professor Yunus de que o microcrédito não é caridade financeira e sim uma forma de promoção social, sem a geração de dependência

A análise das operações de microcrédito catarinense só reforça a idéia do crescimento que o microcrédito está tendo. Visto que o número de operações vem crescendo, bem como o volume do mesmo. Claro que as instituições catarinenses são recentes, mas representam nacionalmente uma média de 15% do microcrédito tomado, perdendo só para o sudeste que é detentor das maiores quantidades emprestadas.

Porém há muita para crescer, as IMFs necessitam de uma maior especialização das suas atividades, conjuntamente com pessoas que lidem com o operacional de forma mais desenvolvida, mas sem perde o confiança no tomador de empréstimo, do qual o microcrédito é característico.

O microcrédito brasileiro por fim está estabilizado em duas bases que trabalham juntas, a da sustentabilidade financeira e da responsabilidade social, para que dessa forma o sentido social do microcrédito não se perca. O governo federal tem a capacidade de promover estudos que indiquem para as IMFs atividades econômicas que poderiam ser mais exploradas regionalmente, para que o empréstimo tomado gere empregos que sejam duradouros e não somente promova uma inclusão financeira e social passageira.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Carlos et al. **Crédito Popular no Brasil: Exame de Experiências Seleccionadas**. Rio de Janeiro, Napp/BID, 1997.
- ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Maden Marques. **Democratização do Crédito no Brasil: Atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira**. Brasília: 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BCB - Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BADESC). **Portal do Microcrédito**. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br/pages/mostrarSubItemMicrocredito.do?metodo=mostrarSubItem&numSubItem=1>>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidário, 2002.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Banco Nacional do Desenvolvimento: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/historico.html>. Acesso em: 02 mar. 2011.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/>. Acesso em: 06 jun. 2011.
- CASTRO, Cláudio M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, [s.n.], p.21-30, 30 fev. 2003.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia**. Rio de Janeiro: Coppead, 2009.

FERREIRA, Ricardo J.. **Manual do ICMS**. 2. ed, São Paulo: Sextante, 2010.

FOSCHIATTO, Paola; STUMPO, Giovanni. **Políticas municipais de microcrédito: un instrumento para la dinamización de los sistemas productivos locales. estudios de caso en América Latina**. Santiago de Chile: Libroscepal, 2006.

GOVERNO FEDERAL. **Inclusão Financeira e Microcrédito no Governo Federal: 2003 - 2010**. Brasília: Spe, 2010.

GULLI, H. *Microfinance and poverty: questioning yhe convencional wisdom*. Washington, DC: Inter – American Development Bank, 1998.

HERMANN, Jennifer. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renault (Org.). **Novo Desenvolvimento: Um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Social. 1.ed. Manole. Barueri – SP, 2005.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Disponibilidade de Crédito e Desenvolvimento na Região Nordeste do Brasil: Uma Perspectiva Pós-Keynesina**. Revista Econômica do Nordeste, Recife, [s.n.], p.290-303, 15 abr. 2010.

LOPES, João do Carmo; ROSSETI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1998.

MACHADO, Tânia. **Série Primeiros Rumos: Um Guia do Microcrédito**. Brasília: MTE, 2001.

MARTINS, Paulo Haus; SALLES, Renata; WINOGRAD, Andrei. **Regulamentação das Microfinanças: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002.

MEZZERA, Jaime. Microcrédito no Brasil: dados nacionais e reflexões que vêm de vinte anos de experiências. **Revista ABET**, vII, n2, p.03-13, jul/dez. 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **PNMPO**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_apresentacao.asp>. Acesso em: 05 jun. 2011.

NERI, Marcelo. **Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; NAKATANI, Paulo. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 21-50.

PEREIRA, Almir da Costa. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): Descrição, Resultados e Perspectivas**. Porto Alegre: 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_40.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: Fundamentos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

PORTAL DO MICROCRÉDITO. Microfinanças. Disponível em: <[HTTP://portaldomicrocredito.com.br](http://portaldomicrocredito.com.br)>. acesso em: 23 maio. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Estudo de Perfil e Impacto Econômico dos Eventos Nacionais e Iternacionais Realizadas em Florianópolis-SC**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_04_2011_11.19.09.1fedd20331c22e9eed79220648b29a16.pdf> Acesso em: 10 jun. 2011.

SACHET, Celestino; WATERKEMPER, Magaret; SACHET, Sérgio. **A Vitória do Crédito de Confiança: O micrédito em Santa Catarina**. Florianópolis: BADESC, 2001.

SEBRAE. **SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

SCHREINER, M. *Informal finance and the design of microfinance. Development in Practice*, v. 11, n.5, p.637-640, 2011

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed., Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

MENDONÇA, Udson. **Fundamentos Básicos de Microcrédito:** Programa Sebrae de Apoio ao Segmento de Microcrédito. Florianópolis: Sebrae, 2001.

VECCHIETTI, Alexandre Raulino. **Microcrédito em Santa Catarina:** Uma análise das suas características e relevâncias. 2006. 77p. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento Sócio Econômico, Curso de Ciências Econômicas, Florianópolis, 2006.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2010.